



DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.jf-parana.ro.gov.br, informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

Docto ID: 2613313 v1

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 90061/SUPECOL/PMJP/RO/2026
SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 6549/2025 - SEMUSA

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de 02 (duas) ambulâncias para atender às necessidades de remoção de pacientes das Unidades Básicas de Saúde dos distritos de Nova Colina e Nova Londrina, vinculadas ao Departamento de Atenção Básica, visando atender a Secretaria Municipal de Saúde do município de Ji-Paraná/RO, com recursos provenientes de emenda parlamentar, conforme edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 26/06/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO:
www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

PARTICIPAÇÃO:
• O único ITEM é destinado a AMPLA PARTICIPAÇÃO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R\$ 631.000,00 (Seiscentos e trinta e um mil reais)

FONTE DE RECURSOS:

FICHAS ORÇAMENTÁRIAS									
10	Fundo Municipal de Saúde								
02	PODER EXECUTIVO								
02 07	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
020709	BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA								
10	Saúde								
10 301	Atenção Básica								
10 301 0002	ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PARA TODOS								
10 301 0002 1107 0000	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde								
1652OR	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00		0,00		0,00		0,00
0.2.821 3210 010.010	Emenda nº 07011/25 - Laerte - Ambulância		0,00						0,00
			0,00						0,00
TOTAL ORÇAMENTARIO			0,00		0,00		0,00		0,00
			0,00						0,00
			0,00						0,00
TOTAL GERAL			0,00		0,00		0,00		0,00
			0,00						0,00
			0,00						0,00

EDITAL:
Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-**Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759** – **e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br**.

Ji-Paraná/RO, 08 de junho de 2026.

Edital Elaborado por:

[assinado eletronicamente]

Danielly Melo De Souza

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]

Hevileny M^a C. L. Jardim

Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90061/SUPECOL/PMJP/RO/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AMPLA PARTICIPAÇÃO

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 0703/GAB/PMJP/2026**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, do Decreto Municipal nº 1385/2024, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 26 de junho de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 6549/2025 - SEMUSA

1. DO OBJETO:

1.1. Registro de Preços para aquisição de 02 (duas) ambulâncias para atender às necessidades de remoção de pacientes das Unidades Básicas de Saúde dos distritos de Nova Colina e Nova Londrina, vinculadas ao Departamento de Atenção Básica, visando atender a Secretaria Municipal de Saúde do município de Ji-Paraná/RO, com recursos provenientes de emenda parlamentar, conforme edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em 1 (um) item, conforme tabela constante no ANEXO II, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O único ITEM é destinado para AMPLA PARTICIPAÇÃO.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.

1.5. Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.

1.6. Os licitantes, no que couber, devem apresentar catálogo dos produtos ofertados para adequada análise técnica do setor requisitante.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.3. Não se aplica ao presente certame o previsto no Art.82, III da Lei Federal n. 14.133/2021, que permite que a administração pública licite itens com preços diferenciados, vez que não há nos autos a previsão de preços diferentes com a devida justificada, demonstrando a necessidade e a razoabilidade da pretensa diferenciação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Existindo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta**;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

- 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, **observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021**.
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor **unitário do ITEM**;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente**.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato**.

5.9. O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

5.10. Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de

menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.21.2.2. empresas brasileiras;
 - 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até **10 (dez) minutos** através do **CHAT MENSAGEM ao ser convocada**, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.
- 6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários **à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**.
- 6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

7.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

7.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. **A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).**

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4. Nos termos do art. 156, inc. III e § 4º da Lei Federal n. 14.133/2021, constatada a existência de sanção de impedimento de contratar junto a Prefeitura do Município de Ji-Paraná, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Será inabilitado, de plano, o licitante que for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública (art. 156, inc. IV), vez que a sanção se aplica em âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

7.6. **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens Erro! Fonte de referência não encontrada. e 4.6 deste edital.**

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

7.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.10.3. No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.11. **Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13. **Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. **Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.**

7.15. **Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.** (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, *parágrafo único*).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação estabelecido pelo setor competente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo estabelecido na convocação;
- b. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, **será divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar **os licitantes remanescentes do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com **preço igual ao do adjudicatário**, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que **mantiverem sua proposta original**

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. **O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico www.ji-parana.ro.gov.br - Portal da Transparência.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

- 12.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1.** advertência;
 - 12.2.2.** multa;
 - 12.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
 - 12.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 12.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar, nos termos dos arts. 155, V e 156, §4º, III, da Lei nº 14.133/2021, as empresas que após participarem ativamente da sessão pública e apresentarem diversos lances, restando mais bem classificadas na fase de julgamento, simplesmente desistirem da proposta sem motivo ou fato superveniente que a justifique.

12.16. Na inexecução, total ou parcial, do objeto licitado serão aplicadas as sanções previstas no Termo de Referência – Anexo I do presente edital.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.ro e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

14.11. **Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.**

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.12.1.1. Apêndice do Termo de Referência

14.12.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);

14.12.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;

14.12.3.1. ANEXO III – A – Modelo de Declaração

14.12.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

14.12.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços.

15.1. DO FORO

15.1.1. As partes elegem o **Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná/RO, 08 de junho de 2026.

Edital Elaborado por:

[assinado eletronicamente]

Danielly Melo De Souza

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]

Hevileny Mª C. L. Jardim

Pregoeira

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA IDENTIFICAÇÃO

1.1. Órgão: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.

1.2. Unidade Requisitante: Departamento De Média e Alta Complexidade - DMAC.

2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. O objeto da presente contratação é a aquisição de insumos e equipamentos médico-hospitalares destinados à Clínica Obstétrica e à Clínica Pediátrica do Hospital Municipal Doutor Claudionor Couto Roriz, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO, visando garantir a manutenção e a ampliação da capacidade de atendimento às demandas assistenciais, especialmente aos recém-nascidos que necessitam de cuidados intensivos.

2.2. A contratação objetiva atender à necessidade de reestruturação da sala de cuidados neonatais, em função do crescimento da demanda por atendimentos especializados a gestantes, puérperas e recém-nascidos. A aquisição dos materiais e equipamentos contribuirá para o aprimoramento da qualidade assistencial, segurança dos procedimentos, continuidade do atendimento e adequação das unidades hospitalares às normas técnicas e regulatórias vigentes.

2.3. A aquisição será realizada por meio de Pregão, na forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento pelo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

2.4. A contratação visa, portanto, não apenas suprir a carência atual de equipamentos e insumos, mas também promover o fortalecimento da estrutura hospitalar, assegurar a continuidade dos serviços de saúde pública e atender aos princípios da administração pública, notadamente os da eficiência, economicidade, eficácia, planejamento, interesse público e desenvolvimento nacional sustentável, conforme os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Especificações Técnicas Detalhadas

2.5.1. Planilha de material de consumo

ITEM	CÓD. PROD.	REFERÊNCIA	UNID.	QTD Clínica Obst.	QTD Clínica Ped.	QTD TOTAL
01	008.008.422	Adaptador angulado 90° para conexão em circuito respiratório neonatal/pediátrico, material resistente a esterilização em autoclave, reutilizável, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	03	05
02	008.008.504	Conector em formato Y para circuito respiratório neonatal/pediátrico, material autoclavável, reutilizável, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	03	05
03	008.008.424	Circuito respiratório neonatal/pediátrico reutilizável, com coletor de condensado integrado, material autoclavável, contendo linha proximal, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	06	08
04	008.008.425	Copo coletor de água para circuito respiratório, material autoclavável, reutilizável, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	06	08

05	008.008.426	Sensor de fluxo proximal neonatal, reutilizável, autoclavável, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	03	05
06	008.008.427	Copo da válvula de exalação para ventiladores mecânicos hospitalares, material autoclavável, reutilizável, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	03	05
07	008.008.428	Cotovelo para conexão da linha proximal ao conector em Y do circuito respiratório, material autoclavável, reutilizável, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	03	05
08	008.008.429	Diafragma para válvula de exalação, reutilizável, material autoclavável, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	03	05
09	008.008.430	Mangueira para ar comprimido medicinal, cor amarela, comprimento mínimo de 4 metros, resistente à pressão, com terminais compatíveis com rede de gases hospitalar, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	03	05
10	008.008.431	Mangueira para oxigênio medicinal, cor verde, comprimento mínimo de 4 metros, resistente à pressão, com terminais compatíveis com rede de gases hospitalar, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	03	05
11	008.008.432	Tubo para linha proximal para ventilação mecânica, reutilizável, material autoclavável, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	03	05
12	008.008.433	Sensor de fluxo proximal pediátrico, reutilizável, autoclavável, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	03	05
13	008.008.434	Válvula reguladora de pressão para ar comprimido medicinal, com manômetro e ajuste de pressão de saída.	UN	02	03	05
14	008.008.435	Válvula reguladora de pressão para oxigênio medicinal, com manômetro e ajuste de pressão de saída.	UN	02	03	05
15	008.008.436	Jarra para umidificador aquecido hospitalar, resistente a altas temperaturas, material autoclavável, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	04	06
16	008.008.437	Sensor de temperatura para sistemas de umidificação aquecida hospitalar, reutilizável, alta precisão, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	02	04	06
17	008.008.440	Lâmina reta laringoscópio Nº 00	UN	00	03	03
18	008.008.441	Lâmina reta laringoscópio Nº 0	UN	00	03	03
19	008.008.442	Lâmina reta laringoscópio Nº 1	UN	00	03	03
20	008.008.443	Kit para Cpap nasal infantil, Nº0 - Kit completo para administração de fluxo contínuo de ar, com pronga 100% silicone, conexões universais, tamanho 0.	UN	00	03	03
21	008.008.444	Kit para Cpap nasal infantil, Nº00 - Kit completo para administração de fluxo contínuo de ar, com pronga 100% silicone, conexões universais, tamanho 00.	UN	00	03	03
22	008.008.445	Kit para Cpap nasal infantil, Nº01 - Kit completo para administração de fluxo contínuo de ar, com pronga 100% silicone, conexões universais, tamanho 01.	UN	00	03	03
23	008.008.446	Kit para Cpap nasal infantil, Nº02 - Kit completo para administração de fluxo contínuo de ar, com pronga 100% silicone, conexões universais, tamanho 02.	UN	00	03	03
24	008.008.447	Kit para Cpap nasal infantil, Nº03 - Kit completo para administração de fluxo contínuo de ar, com pronga 100% silicone, conexões universais, tamanho 03.	UN	00	03	03
25	008.008.448	Kit para Cpap nasal infantil, Nº04 - Kit completo para administração de fluxo contínuo de ar, com pronga 100% silicone, conexões universais, tamanho 04.	UN	00	03	03
26	008.008.449	Kit para Cpap nasal infantil, Nº05 - Kit completo para administração de fluxo contínuo de ar, com pronga 100% silicone, conexões universais, tamanho 05.	UN	00	03	03

2.5.2. Planilha de material permanente

ITEM	CÓD. PROD.	REFERÊNCIA	UNID.	QTD.	QTD.	QTD.
------	------------	------------	-------	------	------	------

ITEM	COD. PROD.	REFERENCIA	UNID.	Clínica Obst.	Clínica Ped.	TOTAL
01	008.008.438	Equipamento de umidificação aquecida autônomo, bivolt automático, display digital, controle de temperatura, capaz de aquecer e umidificar gases administrados a pacientes neonatais e pediátricos, compatível com Ventilador Mecânico Vyaire iX5.	UN	01	04	05
02	008.008.439	Impressora multifuncional (impressão, cópia e digitalização), tanque de tinta de alta capacidade, impressão colorida, conexão USB e Wi-Fi, bivolt automático, cor preta.	UN	01	00	01
03	008.008.310	Laringoscópio infantil - INFORMAÇÕES ADICIONAIS 01 Cabo infantil para uso de pilhas pequenas 02 Lâminas retas 0/1 02 Lâminas Curva 0/1 01 Estojo de Acondicionamento Utilidade: Uso em intubação	UN	00	02	02

2.6. A aquisição simultânea dos materiais de consumo e bens permanentes neste processo se justifica pela funcionalidade plena dos equipamentos e para atender às demandas do setor a ser contemplado.

2.7. Não Classificação como Bens de Luxo:

Os itens constantes na presente contratação **não são classificados como bens de luxo**, nos termos do disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece:

*"Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.
[...]"*

2.7.1. Na ausência de regulamentação municipal específica sobre o tema até a presente data, adota-se, por analogia e subsidiariedade, os parâmetros estabelecidos no **Decreto Federal nº 10.818/2021**, que regulamenta o Art. 20 da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Federal.

2.7.2. Conforme o normativo federal supracitado, não são considerados bens de luxo aqueles cujas características de qualidade superior sejam justificadas pela **especificidade da atividade-fim** do órgão ou pela **necessidade de garantir a segurança e a eficácia** do atendimento assistencial.

2.7.3. No caso em tela, os insumos e equipamentos destinam-se à **Clínica Obstétrica e Pediátrica**, onde a precisão técnica (compatibilidade com ventiladores Vyaire iX5) e a segurança neonatal são requisitos técnicos indispensáveis, não configurando ostentação, opulência ou requinte, mas sim **padronização técnica necessária** à sobrevivência dos pacientes.

2.8. Do Prazo de Vigência e Prorrogação

2.8.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contada do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade das condições registradas, a conveniência administrativa e a concordância do fornecedor, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, do art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e do Decreto Municipal nº 1.385/2024.

2.8.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento ou outro instrumento equivalente, conforme o caso, e terão prazo de vigência de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato ou do aceite/recebimento do instrumento equivalente pela Contratada, período destinado à execução integral do fornecimento, ao recebimento provisório e definitivo, à liquidação, ao pagamento e ao cumprimento das obrigações acessórias.

2.8.3. O prazo de entrega dos itens será de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente pela Contratada, observadas as condições de entrega, recebimento e fiscalização previstas neste Termo de Referência.

2.8.4. Por se tratar de aquisição de bens comuns, consistentes em materiais de consumo e bens permanentes, a contratação não se caracteriza como serviço de natureza contínua, razão pela qual não se aplica a prorrogação sucessiva própria dos contratos de prestação de serviços contínuos. O prazo de vigência do contrato ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado apenas nas hipóteses admitidas pela legislação vigente, mediante justificativa formal, autorização da autoridade competente e demonstração de que a prorrogação é necessária à conclusão do objeto ou à regularização de obrigações pendentes, sem prejuízo da apuração de responsabilidade em caso de atraso imputável à Contratada.

2.8.5. A garantia legal e/ou contratual dos bens possui prazo próprio e autônomo, nos termos previstos neste Termo de Referência, não se confundindo com o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nem com o prazo de vigência do contrato ou instrumento equivalente.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem fundamento na necessidade pública concreta e urgente de aquisição de insumos e equipamentos médico-hospitalares destinados à Clínica Obstétrica e à Clínica Pediátrica do Hospital Municipal Doutor Claudionor Couto Roriz, em Ji-Paraná/RO. Tal necessidade decorre do aumento da demanda por atendimentos especializados a recém-nascidos e gestantes, exigindo a reestruturação da sala de cuidados neonatais e a melhoria das condições de assistência nas referidas unidades.

3.2. A contratação encontra respaldo legal na Lei nº 14.133/2021, em especial nos seguintes dispositivos:

- **Art. 11, inciso I**, que estabelece que a contratação pública deve assegurar o atendimento ao interesse público, gerando o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública;
- **Art. 5º**, que trata dos princípios aplicáveis às contratações públicas, dentre eles os da legalidade, eficiência, economicidade, eficácia, interesse público e do desenvolvimento nacional sustentável;
- **Art. 18, § 1º**, que exige, no Estudo Técnico Preliminar, a fundamentação da contratação com base em dados objetivos, necessidades comprovadas e viabilidade técnica, econômica e ambiental da solução proposta;
- **Art. 6, inciso XLI**, que define o pregão como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

3.3. A contratação alinha-se também as diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, instituída pela Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, do Ministério da Saúde, a qual fundamenta o funcionamento do Contrato Organizativo da Ação Pública de Ensino-Saúde (COAPES).

3.4. O COAPES, instrumento que viabiliza a destinação de recursos para essa aquisição, promove a articulação entre o ensino e os serviços de saúde, fortalecendo a qualificação da atenção e a melhoria da

infraestrutura hospitalar. Nesse sentido, a contratação ora proposta contribui diretamente para a consolidação dos objetivos da Portaria nº 1.996/2007, ao garantir melhores condições de aprendizagem em serviço, segurança aos usuários e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

3.5. Conforme análise realizada, foram identificadas e descartadas outras alternativas para atendimento da demanda, como a locação dos insumos ou adesão a atas de registro de preços, em razão da inexistência de atas compatíveis e da baixa atratividade comercial da locação, considerando o caráter complementar dos itens e a necessidade de posse direta e permanente dos bens pelo município.

3.6. A contratação do presente certame dar-se-á na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, por se mostrar, sob os aspectos econômico e operacional, a alternativa mais vantajosa, garantindo maior agilidade no atendimento da demanda e redução da burocracia, sem prejuízo da transparência e da competitividade. Ressalta-se, contudo, que a Superintendência de Compras e Licitações (SUPECOL) deste Município detém expertise para acatar ou propor modalidade diversa, caso tecnicamente justificado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do **Decreto Municipal nº 1.384/2024**, do **Decreto Municipal nº 1.385/2024** e demais legislações aplicáveis e vigentes.

3.7. A contratação atende ainda às deliberações do Comitê Gestor do COAPES (Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde), instrumento por meio do qual foram disponibilizados recursos financeiros específicos para investimentos na melhoria da infraestrutura hospitalar do município. Trata-se, portanto, de medida planejada, estratégica e orientada pela necessidade pública qualificada, com a finalidade de preservar vidas e assegurar a continuidade dos serviços de saúde pública com qualidade e eficiência.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução proposta consiste na aquisição de insumos e equipamentos médico-hospitalares destinados à Clínica Obstétrica e Clínica Pediátrica do Hospital Municipal Dr. Claudionor Couto Roriz, com vistas à reestruturação da sala de cuidados neonatais. A medida é motivada pelo aumento da demanda por atendimentos a recém-nascidos e busca garantir suporte adequado às atividades assistenciais, com foco na preservação da vida e na segurança do cuidado prestado.

4.2. A aquisição será realizada por meio de pregão na modalidade eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Essa escolha foi definida após análise de alternativas e estudo comparativo de soluções disponíveis no mercado.

4.3. A entrega dos equipamentos e insumos poderá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade do setor demandante de modo a manter a operacionalização dos serviços de saúde, evitando descontinuidade no atendimento assistencial. A CONTRATADA deverá realizar a entrega no almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, sem custos adicionais, obedecendo aos prazos e condições estabelecidos.

4.4. A presente contratação é essencial para assegurar a continuidade e qualidade dos serviços de saúde materno-infantil, sendo os itens adquiridos de uso padronizado, classificados como bens comuns. A aquisição também contempla os princípios de planejamento e eficiência, garantindo melhor aproveitamento da estrutura hospitalar já existente.

4.5. A solução contempla todo o ciclo de vida do objeto, desde a aquisição, transporte, instalação, uso, e manutenção durante a garantia, além de eventual substituição de peças, até a destinação final dos itens, em conformidade com a legislação vigente. Estão previstas exigências relacionadas à assistência técnica autorizada, garantia mínima de 12 meses para os equipamentos, manutenção corretiva sem custos adicionais, suporte técnico remoto, capacitação dos usuários e destinação ambientalmente adequada dos resíduos e materiais obsoletos, conforme os princípios do desenvolvimento sustentável.

4.6. Alternativas como a locação dos equipamentos ou a adesão a atas de registro de preços foram devidamente analisadas, mas descartadas por inviabilidade técnica, ausência de compatibilidade com os itens demandados e falta de economicidade. A aquisição direta por meio de realização Pregão Eletrônico Próprio demonstrou-se a opção mais vantajosa sob os aspectos técnico, financeiro, logístico e operacional.

4.7. Sob a perspectiva econômica, a solução permite melhor controle dos gastos públicos, uma vez que os bens passarão a compor o patrimônio do Município, eliminando custos com renovações contratuais e evitando aquisições emergenciais. Ademais, promove-se o atendimento adequado às diretrizes do Contrato Organizativo de Ação Pública de Ensino-Saúde (COAPES), bem como aos compromissos assumidos com a população.

4.8. Dessa forma, a contratação proposta está plenamente alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e responsabilidade socioambiental, garantindo a efetividade da ação pública e a melhoria contínua da qualidade da atenção à saúde no município de Ji-Paraná.

4.9. Assistência técnica

4.9.1. Rede de assistência técnica autorizada da CONTRATADA deverá estar disponível, preferencialmente no município de Ji-Paraná no estado de Rondônia para a execução dos serviços em garantia e de todos os demais necessários à manutenção da regularidade operacional dos itens/ equipamentos adquiridos.

4.9.2. É admitida a subcontratação, por meio de serviços especializados de manutenção e homologados pelo fabricante, desde que mantidas inalteradas todas as condições originais de garantia.

4.9.3. Caso não haja empresa credenciada no município de Ji-Paraná no estado de Rondônia para execução de serviços relacionados à garantia, a CONTRATADA deverá enviar serviço técnico especializado à capital desta unidade federativa, para efetuar os reparos necessários.

4.9.4. A CONTRATADA, no ato de entrega dos itens, deverá entregar os termos de garantia, preferencialmente digital, a ser apresentado na rede de autorizadas, informando da gratuidade aqui estabelecida para os serviços durante a duração da garantia.

4.9.5. É vedado à CONTRATADA opor qualquer restrição à execução da garantia, assistência técnica ou revisões gratuitas previstas no manual do fabricante ou em outros instrumentos de fábrica. O presente Termo de Referência estabelece que todos os serviços e peças necessários à manutenção da garantia deverão ser fornecidos pela CONTRATADA sem ônus adicional à Administração, sendo que a participação da empresa na licitação configura a aceitação plena e irretratável de todas as condições aqui exigidas.

4.10. Garantia

As exigências abaixo, tem por finalidade assegurar o padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho do bem a ser adquirido.

4.10.1. Se aplicável, prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será conforme abaixo descrito ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.10.2. Garantia Total de 12 meses para os insumos.

4.10.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste item, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.10.4. A empresa deverá fornecer termo de garantia, por meio de documentos próprios, preferencialmente na forma digital.

4.10.5. O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira clara e adequada em que consiste

a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado, o ônus a cargo do CONTRATANTE, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e/ou uso do produto.

4.10.6. Em caso de Recall, os serviços de manutenção e/ou substituição necessários serão realizados pela rede de assistência técnica autorizadas, sem custos a administração pública.

4.10.7. A execução dos termos de garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

4.10.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.10.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.10.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.10.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição das peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada dos insumos das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.10.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.10.13. Na hipótese de inviabilidade de reparo, ou quando o insumo/equipamento apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em autorizadas do fabricante, deverá ser providenciada a **substituição integral** do mesmo no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, em estrita conformidade com o estabelecido no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4.10.14. As peças, dispositivos ou mesmo insumo que forem substituídos durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias inicialmente previstas.

4.10.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos itens.

4.10.16. O custo referente ao transporte dos insumos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.10.17. As substituições de peças e a mão-de-obra, quando em garantia, deverão atender às normas técnicas de fabricação, e estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias.

4.10.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.11. Do Dimensionamento e Abastecimento

4.11.1. O abastecimento deverá obedecer ao cronograma pré-estabelecido, ou seja, conforme a confecção de empenho financeiro pela Unidade contemplada após a emissão do empenho.

4.11.2. Todas as entregas deverão ser acompanhadas por funcionários dos serviços em horário de

expediente.

4.11.3. Todos os itens devem perfeito estado de conservação e deverão ser entregues lacrados, caso contrário serão devolvidos à CONTRATADA.

4.11.4. A CONTRATADA deve atender a todas as medidas de segurança necessárias ao transporte dos equipamentos/materiais.

4.12. Transporte

4.12.1. Todos os itens transportados pela CONTRATADA devem estar adequadamente classificados, marcados e rotulados.

4.12.2. A contratada deve garantir a entrega conforme estabelecido, o qual não fixará prazo superior a 30 (trinta) dias para a mesma.

4.12.3. A contratada deve responsabilizar-se pelo transporte dos insumos em veículos apropriados para transporte.

4.13. Local de entrega

4.13.1. A entrega deverá ocorrer sem nenhum custo adicional, em dias úteis no ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE-SEMUSA, em horário de funcionamento de segunda às sextas-feiras das 07:30 as 13:30h exceto nos dias de feriados, situado na Rua: Teresina Nº497 Bairro: Nova Brasília CEP: 76908-326 Ji-Paraná RO, e-mail: almoxarifadosemusajp@gmail.com.

4.14. Condições de Entrega

4.14.1. Os itens entregues devem estar em perfeito estado, sem sinais de avaria, sem inadequação de conteúdo a fim de garantir sua integridade.

4.14.2. Serão recusados os itens entregues, que não atendam as especificações corretas. Deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

4.14.3. Garantir a entrega de dos materiais em até 30 dias após a solicitação.

4.15. Validade da Ata de Registro de Preços

4.15.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de até 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e no Diário Oficial do Município, e poderá ser prorrogada quanto ao prazo e às quantidades, sendo que, com a prorrogação da avença, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos, nos termos do art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023, do art. 12, § 1º, do Decreto Municipal nº 1.385/2024 e do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, e que proporcionem vantagem e conveniência para a Administração, o atendimento ao interesse público e a concordância dos fornecedores, observados os aspectos estabelecidos na legislação vigente.

4.15.2. A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, assegurando a continuidade do registro de preços nas mesmas condições originalmente pactuadas ou com as alterações permitidas pela legislação vigente.

4.15.3. Deverão ser observadas as demais disposições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

4.15.4. Critérios de Adesão à Ata por Órgãos Não Participantes

4.15.4.1. A adesão à Ata por órgãos/entidades não participantes observará:

a) Justificativa da vantagem da adesão, incluindo risco de desabastecimento ou descontinuidade de serviços;

b) Compatibilidade dos preços com o mercado, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

- c) Consulta e aceitação prévia do órgão gerenciador e do fornecedor;
- d) Aceitação facultativa do fornecedor, desde que não prejudique obrigações atuais e futuras da Ata;
- e) Possibilidade de adesão a itens não inicialmente previstos, conforme § 2º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021;
- f) Limite de até 50% dos quantitativos registrados para cada órgão ou entidade, conforme Decreto Municipal nº 1.385/2024;
- g) Limite global de adesões de até o dobro do quantitativo de cada item registrado;
- h) Vedação à adesão por órgãos federais a Atas instituídas por órgãos municipais, estaduais ou distritais.

4.16. Destinação Final de Bens Inservíveis

4.16.1. Ao final de seu ciclo de vida, os bens classificados como inservíveis, sem condições técnicas ou econômicas de recuperação e/ou reaproveitamento, deverão ter destinação conforme a legislação vigente. Quanto aos bens classificados como material de consumo, deverão ser observadas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS Lei nº 12.305/2010), podendo, ainda, ser objeto de alienação por meio de leilão, doação, permuta ou outra forma legalmente prevista. Para os bens tombados, a unidade responsável deverá instruir o processo com laudo técnico e avaliação patrimonial, assegurando destinação regular, transparente e compatível com o interesse público.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para garantir a adequada execução contratual e assegurar a segurança dos pacientes, especialmente recém-nascidos e crianças, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

5.1. Habilitação Jurídica (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 5.1.1.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 5.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 5.1.3.** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 5.1.4.** Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 5.1.5.** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 5.1.6.** Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual MEI
- 5.1.6.1.** Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores.

5.2. Habilitação Fiscal e Trabalhista (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 5.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 5.2.2.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 5.2.3.** Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 5.2.4.** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual;
- 5.2.5.** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, ou

outra equivalente, na forma da lei;

5.2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

5.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

5.3. Habilitação Econômico-Financeira (art. 69 da lei 14.133/2021)

5.3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

5.3.1.1. Na hipótese de apresentação de certidão positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

5.3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

5.3.2. Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

5.3.2.1. As empresas deverão apresentar declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1.

5.3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem inferiores ou igual a 1, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social no mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

5.3.2.3. Os documentos referidos no item **5.3.2.** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

5.3.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.3.2.5. O microempreendedor individual (MEI), ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

5.4. Habilitação Técnica

5.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

5.4.1.1. A comprovação se dará mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) ATESTADO fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação.

5.4.1.2. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

5.4.1.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5.5. Padrão de Qualidade dos Produtos

5.5.1. Todos os produtos e equipamentos devem ser novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, com embalagem original, íntegra e inviolada.

5.5.2. Os materiais e dispositivos devem estar devidamente registrados e/ou notificados na ANVISA, quando exigido, e atender às normas técnicas específicas aplicáveis aos ambientes obstétrico-neonatais.

5.5.3. Os insumos não poderão ser genéricos, similares ou substitutivos sem prévia autorização expressa da contratante.

5.5.4. Produtos que apresentarem inconformidade técnica, vencimento, avarias ou divergência com o solicitado serão recusados no ato do recebimento, devendo ser substituídos no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, sem ônus à Administração, em conformidade com os prazos de manutenção e garantia estabelecidos nos itens 4.10.11 e 4.10.13 deste Termo de Referência.

5.5.5. Todos os produtos devem possuir identificação clara quanto ao fabricante, lote, número de registro, data de fabricação e validade.

5.6. Entrega e Logística

5.6.1. A entrega dos insumos e equipamentos deverá ocorrer conforme definição pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser realizada de forma parcelada, atendendo integralmente à demanda das unidades neonatais e pediátricas

5.6.2. Os produtos devem ter **prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses** no momento da entrega, salvo exceções previstas em edital.

5.6.3. O transporte deverá ser realizado em veículos higienizados e adequados às exigências sanitárias, garantindo a integridade, segurança e rastreabilidade dos materiais até o destino final.

5.6.4. Os equipamentos deverão ser entregues montados ou com montagem assistida, quando aplicável, acompanhados de manuais técnicos, certificados de garantia e treinamento básico, se exigido.

5.7. Da Vigência da Ata e dos Prazos Contratuais

5.7.1. Vigência da Ata de Registro de Preços: A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

5.7.2. Vigência Contratual: A vigência dos contratos decorrentes desta Ata (formalizados por Termo de Contrato ou Nota de Empenho) terá início na data de sua assinatura/recebimento e encerrar-se-á com o **recebimento definitivo** do objeto pela Administração e a extinção das obrigações de pagamento, em conformidade com o **art. 105 da Lei nº 14.133/2021**.

5.7.3. Natureza do Objeto: Por se tratar de aquisição de bens comuns (materiais de consumo e permanentes), a contratação não se enquadra na categoria de serviços e suprimentos contínuos, razão pela qual não se aplicam as disposições de prorrogação sucessiva dos arts. 106 e 107 da referida Lei, salvo em situações excepcionais de atraso na entrega justificadas e aceitas pela Administração.

5.8. Responsabilidades Ambientais e de Segurança

5.8.1. Gestão de Resíduos

A Secretaria Municipal de Saúde possui contrato vigente com empresa especializada em coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde (RSS), conforme a RDC nº 222/2018 da ANVISA. Assim, os materiais potencialmente contaminados após o uso serão adequadamente descartados, minimizando riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

5.8.2. Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental

A contratação deverá respeitar os princípios da sustentabilidade ambiental e do consumo consciente, considerando a natureza sensível da área de cuidados neonatais. A contratada deverá:

- Priorizar o fornecimento de produtos com materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis, sempre que tecnicamente possível;
- Entregar os produtos em embalagens individuais seguras, com o menor volume possível, desde que garantida a proteção adequada;
- Comprovar o atendimento a critérios de sustentabilidade ambiental, mediante apresentação de certificados ou declarações formais do fabricante;
- Evitar o fornecimento de materiais com substâncias químicas perigosas ou proibidas, conforme normas da ANVISA, IBAMA e legislação vigente;
- Seguir os preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

5.8.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.8.2.1.1. Os materiais devem ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício;

5.8.2.1.2. Os materiais utilizados devem ter baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

5.8.3. Segurança no Transporte e Manuseio

- O transporte e acondicionamento dos materiais deverão atender às normas técnicas e sanitárias da ANVISA e órgãos reguladores, garantindo proteção contra vazamentos, contaminações ou degradações.
- Todos os insumos devem conter rotulagem clara com dados de composição, precauções, modo de uso, armazenamento e validade.
- Para materiais considerados perigosos ou especiais (como perfurocortantes, contaminantes ou produtos), deverá ser fornecida a respectiva ficha de Informações quando aplicável.

5.8.4. Suporte Técnico e Comunicação de Riscos

- A contratada deverá manter canal de comunicação ativo para orientações técnicas relacionadas ao uso correto dos insumos, especialmente quando houver risco à saúde neonatal ou necessidade de substituição de itens.
- Qualquer produto com restrição de uso, contraindicação ou risco específico deve ter essas informações claramente apresentadas e comunicadas à contratante, com apoio técnico quando necessário.

5.9. Descarte e Pós-Uso e Destinação Final de Bens Inservíveis

5.9.1. A responsabilidade pelo descarte final dos materiais utilizados e a destinação de bens inservíveis observará o disposto na RDC nº 222/2018 da ANVISA e na Lei nº 12.305/2010 (PNRS), conforme detalhado nos procedimentos operacionais da SEMUSA.

5.9.2. As obrigações específicas das partes quanto à execução, acompanhamento e fiscalização do objeto encontram-se detalhadas nos itens **7.9 (Obrigações da Contratante)** e **7.10 (Obrigações da Contratada)** deste Termo de Referência.

5.9.3. Ao final de seu ciclo de vida, os bens classificados como inservíveis, sem condições técnicas ou econômicas de recuperação e/ou reaproveitamento, deverão ter destinação conforme a legislação vigente. Quanto aos bens classificados como material de consumo, deverão ser observadas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS Lei nº 12.305/2010), podendo, ainda, ser objeto de alienação por meio de leilão, doação, permuta ou outra forma legalmente prevista. Para os bens tombados, a unidade responsável deverá instruir o processo com laudo técnico e avaliação patrimonial, assegurando destinação regular, transparente e compatível com o interesse público.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, a contratação pública deve ser orientada pelo planejamento e pela busca de resultados, com a definição clara de como o objeto contratado deverá produzir os efeitos pretendidos, da formalização até o encerramento da execução contratual. O modelo de execução aqui proposto atende a esse comando legal, garantindo transparência, eficiência e segurança jurídica à Administração.

6.2. A presente contratação tem por objeto a aquisição de insumos e equipamentos médico-hospitalares destinados à reestruturação da sala de cuidados neonatais da Clínica Obstétrica e da Clínica Pediátrica do Hospital Municipal Dr. Claudionor Couto Roriz, a ser realizada por meio de **Pregão, na forma eletrônica**, com adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelos Decretos Municipais nº 1.384/2024 e nº 1.385/2024, observando os princípios da legalidade, competitividade, economicidade e interesse público.

6.3. Início da Execução A execução do objeto contratual terá início com:

- A assinatura da **Ata de Registro de Preços** e/ou do **Termo de Contrato** com a empresa selecionada no **certame licitatório**;
- A emissão da Nota de Empenho e da autorização formal para o fornecimento;
- A apresentação, pela contratada, de toda a documentação exigida no Termo de Referência e no **edital de licitação**, incluindo comprovações de regularidade fiscal, trabalhista, técnica e sanitária.

6.4. Etapas de Execução

a) Logística de Entrega:

- A contratada deverá realizar a entrega dos insumos e equipamentos no prazo e local estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme cronograma definido no momento da formalização da contratação;
- Os materiais deverão ser transportados em condições sanitárias adequadas, especialmente por se tratarem de itens sensíveis destinados a cuidados neonatais.

b) Recebimento dos Produtos:

O recebimento será feito em conformidade com o art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, sendo dividido em:

- **Recebimento provisório**, para conferência da quantidade, integridade das embalagens, especificações e documentação;
- **Recebimento definitivo**, mediante atesto da conformidade técnica e funcional dos insumos e equipamentos.

c) Substituição de Itens Não Conformes:

- Qualquer item entregue com defeito, vencido, danificado ou em desacordo com as especificações será recusado e deverá ser substituído no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, sem qualquer custo adicional à Administração, em estrita observância aos prazos de garantia e manutenção estabelecidos nos itens 4.10.11 e 5.5.4 deste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.
- A contratada deverá garantir suporte técnico pós-venda, especialmente nos casos de dúvidas sobre uso correto dos equipamentos ou ocorrência de não conformidades;
- Todos os itens deverão ser entregues com garantia mínima legal e quando aplicável, com manuais de instruções.

d) Suporte Técnico e Garantia: A contratada deverá garantir suporte técnico pós-venda, especialmente nos casos de dúvidas sobre o uso correto dos equipamentos ou ocorrência de não conformidades; todos os itens deverão ser entregues com garantia mínima legal e, quando aplicável, com manuais de instruções, certificados de garantia e a **Ficha de Dados de Segurança (FDS)**, caso algum componente ou insumo possua substância que exija cuidados especiais de manuseio ou armazenamento, em conformidade com as normas da ANVISA.

6.5. Monitoramento e Fiscalização

- O contrato será acompanhado por fiscal designado pela Administração, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- A fiscalização observará o cumprimento dos prazos, a conformidade dos produtos e o atendimento das condições contratuais;
- Eventuais falhas ou descumprimentos deverão ser registrados em relatórios formais, que integrarão o processo de execução contratual.

6.6. Encerramento da Execução

A execução contratual será considerada encerrada quando:

- Todos os insumos e equipamentos tiverem sido entregues em perfeitas condições, conforme descrito neste Termo de Referência;
- Tiver sido emitido o Termo de Recebimento Definitivo, atestando a regularidade da entrega e o cumprimento das obrigações contratuais;
- Tiver sido processado o pagamento, condicionado à apresentação de nota fiscal, atesto do fiscal e conformidade documental.

6.7. Resultados Esperados

O modelo de execução aqui adotado visa garantir:

- A entrega eficiente e segura dos insumos e equipamentos necessários à reestruturação da sala de cuidados neonatais;
- A observância das normas legais, técnicas e sanitárias pertinentes;

- A economicidade e eficiência no uso dos recursos públicos, com base nos princípios que regem a Administração Pública;
- A melhoria na capacidade de atendimento do Hospital Municipal, promovendo a ampliação da atenção à saúde materno-infantil no município de Ji-Paraná.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Em conformidade com os princípios da eficiência, controle e responsabilidade estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente no que dispõe o art. 117, a gestão do contrato decorrente da presente contratação será exercida de forma sistemática, com designação formal de agente público responsável pela gestão e fiscalização contratual.

7.2. Os procedimentos de fiscalização atenderão ao disposto na Instrução Normativa nº 04/CGM/PMJP/2024 que:

"Dispõe sobre as atividades de gestor e fiscal de contratos, da comissão de recebimento de materiais e serviços, e dá outras providências".

7.3. A gestão do contrato compreenderá as seguintes atribuições principais:

- **Acompanhamento da execução contratual**, assegurando que o fornecimento dos insumos e equipamentos ocorra conforme os prazos, especificações técnicas e condições pactuadas;
- **Verificação da conformidade dos bens entregues**, incluindo análise de documentação técnica, rotulagem, validade, integridade física dos produtos e registros junto à ANVISA, quando aplicável;
- **Registro de ocorrências** relativas a atrasos, entregas parciais, inconformidades técnicas ou qualquer outro fato relevante que possa comprometer a boa execução do contrato;
- **Comunicação formal à contratada** de quaisquer irregularidades identificadas, estabelecendo prazo para regularização ou substituição dos itens;
- **Emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo**, com base no disposto nos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021, após análise técnica dos materiais entregues.

7.4. A gestão será exercida por servidor(es) designado(s) por portaria da Secretaria Municipal de Saúde, que atuará(ão) como:

- **Gestor do contrato**, responsável pela supervisão geral da execução e interface com a contratada;
- **Fiscal técnico**, que acompanhará os aspectos relacionados à qualidade, adequação técnica e regularidade sanitária dos produtos;
- **Fiscal administrativo**, que analisará aspectos documentais, prazos, comunicações e registros no sistema.

7.5. Para fins de controle, rastreabilidade e prestação de contas, toda a documentação relativa à execução contratual (notas fiscais, laudos, comunicações formais, relatórios de fiscalização, ocorrências, substituições de itens, etc.) será reunida em processo próprio, em conformidade com os princípios da transparência da Administração Pública.

7.6. Toda a comunicação entre a contratada e os agentes públicos responsáveis pela gestão do contrato deverá ocorrer por escrito, inclusive por meio eletrônico, com registros que garantam a rastreabilidade.

7.7. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, a gestão do contrato será responsável por instruir processo administrativo para aplicação de sanções, conforme o disposto no art. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e ampla defesa.

7.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.9. Obrigações da Contratante

7.9.1. Exercer a regulação, o controle e a avaliação da aquisição, garantindo que o objeto contratado seja cumprido conforme os requisitos estabelecidos.

7.9.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução contratual, observando as diretrizes constantes no ETP, no TR e no Edital, por meio do Fiscal designado, responsável por dirimir pendências e prestar os esclarecimentos necessários à Contratada.

7.9.3. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade constatada na entrega dos itens adquiridos, conforme o objeto deste instrumento.

7.9.4. Notificar a Contratada sobre irregularidades relacionadas à qualidade ou quantidade dos itens, exercendo fiscalização plena. A Contratante poderá exigir a correção das falhas dentro de prazo definido, bem como rejeitar materiais que estejam em desacordo com as especificações licitadas.

7.9.5. Realizar inspeções técnicas, sempre que julgar necessário, para verificar o atendimento integral das exigências contratuais.

7.9.6. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada, desde que pertinentes à execução da aquisição.

7.9.7. Designar servidor(es) responsável(is) pela fiscalização e recebimento, com competência legal para acompanhar a execução e notificar a Contratada sobre quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento.

7.9.8. Atestar e certificar as notas fiscais, por meio de servidor formalmente designado, verificando, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da Contratada.

6.3.9. Emitir o Termo de Recebimento dos itens entregues, ressaltando que tal ato não exime a fornecedora das responsabilidades previstas no edital e seus anexos.

7.9.10. Efetuar o pagamento na conta bancária indicada pela Contratada, em até 30 (trinta) dias após o Recebimento Definitivo (Atesto da Nota Fiscal), condicionado à apresentação e à verificação da regularidade fiscal e documental da empresa.

7.9.11. Assegurar, no que couber, o cumprimento das normas ambientais e de sustentabilidade previstas na legislação vigente, especialmente:

- a) Lei nº 12.305/2010 Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- b) Art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº 01/2010 Práticas de Sustentabilidade na Administração Pública;
- c) Portaria INMETRO nº 170/2012 Normas técnicas de metrologia e qualidade;
- d) Decreto Federal nº 11.461/2023** Que dispõe sobre critérios de sustentabilidade e promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas, ou o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU)**.

7.10. Obrigações da Contratada

7.10.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as demandas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná, observando integralmente as condições, prazos e especificações definidas no ETP, no TR e no Edital e em seus anexos;

- 7.10.2.** Manter, durante toda a execução da aquisição, as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, apresentando comprovação de regularidade sempre que solicitado;
- 7.10.3.** Não transferir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, salvo mediante autorização expressa e formal da CONTRATANTE;
- 7.10.4.** Fornecer os itens em conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes, assegurando qualidade, procedência e atendimento às especificações deste Termo de Referência e demais instrumentos;
- 7.10.5.** Apresentar, quando solicitado, documentação comprobatória da qualidade dos produtos, bem como Licença de Autorização de Funcionamento válida, emitida pelos órgãos competentes;
- 7.10.6.** Garantir que todos os produtos sejam novos, de primeira linha e originais de fábrica, atendendo aos padrões da ABNT e demais normas aplicáveis;
- 7.10.7.** Assegurar que as embalagens e rótulos contenham identificação clara, dados técnicos e informações necessárias ao uso adequado dos equipamentos;
- 7.10.8.** Disponibilizar equipe operacional qualificada e devidamente uniformizada para transporte, carga, descarga e entrega, arcando com todos os custos de frete, seguro e encargos até o destino final;
- 7.10.9.** Responder por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão durante a execução contratual;
- 7.10.10.** Responsabilizar-se pela segurança e integridade de seus empregados, cumprindo integralmente as normas trabalhistas e de segurança, inclusive quanto ao uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- 7.10.11.** Cumprir as normas internas e diretrizes expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde, colaborando com as atividades de fiscalização e reconhecendo que tal fiscalização não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
- 7.10.12.** Acatar as deliberações da comissão de fiscalização em casos omissos relativos a especificações técnicas ou documentos complementares;
- 7.10.13.** Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, civis e securitários relacionados à execução do contrato e à sua equipe, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
- 7.10.14.** Disponibilizar canal de atendimento (e-mail, telefone ou número 0800) para informações, orientações, reparos ou manutenção preventiva dos insumos fornecidos;
- 7.10.15.** Encaminhar, para fins de pagamento, cópia das notas fiscais devidamente assinadas pela equipe designada pela CONTRATANTE responsável pela conferência e recebimento dos produtos.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 8.1.** Em observância ao disposto no **art. 141 da Lei nº 14.133/2021**, o pagamento será condicionado à comprovação da execução contratual conforme as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como à entrega dos bens de forma satisfatória, com base na verificação e aceite por parte da fiscalização contratual designada.
- 8.2.** Os recursos financeiros poderão ser provenientes e emendas parlamentares, da transferência regular e permanente do Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde, bem como de recursos próprios do Município.
- 8.3.** O pagamento será efetuado por item entregue, condicionado à:

- Entrega no local indicado e nas condições estabelecidas no contrato;

- Apresentação da nota fiscal eletrônica, acompanhada do comprovante de entrega e do termo de recebimento provisório, emitido pelo fiscal técnico designado;
- Validação da documentação fiscal e técnica por parte da gestão do contrato;
- Emissão do termo de recebimento definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, quando for o caso.

8.4. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da nota fiscal, após verificado o adimplemento das obrigações contratuais, descontadas eventuais glosas.

8.5. O pagamento será realizado via transferência bancária, em conta vinculada ao CNPJ da empresa contratada, devendo esta apresentar toda a documentação fiscal e comprobatória de regularidade junto aos órgãos competentes.

8.6. Em caso de inadimplemento parcial ou total das obrigações contratuais, ou se constatada irregularidade nos documentos fiscais ou contratuais, o pagamento poderá ser retido ou glosado, nos termos da legislação vigente, até a completa regularização por parte da contratada.

8.7. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar auditoria nos documentos e nos procedimentos relativos à medição e pagamento, como forma de garantir a transparência, rastreabilidade e controle da execução contratual.

8.8. Para fins de liquidação da despesa, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente contém os elementos essenciais, incluindo:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) identificação do contrato e do órgão contratante;
- d) período de execução do objeto;
- e) valor devido; e
- f) destaque das retenções tributárias cabíveis, quando aplicável.

8.9. Constatado erro na nota fiscal ou documento equivalente, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação, o processo ficará sobrestado até que o contratado adote as medidas saneadoras. Após a regularização, o prazo de liquidação será reiniciado, sem ônus ao contratante.

8.10. A nota fiscal ou documento equivalente deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, verificada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade, por consulta aos sítios oficiais ou documentos previstos no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. A Administração realizará consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar eventuais impedimentos de contratar com a Administração Pública.

8.12. Verificada irregularidade no SICAF, o contratado será notificado, por escrito, para regularizar sua situação ou apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa julgada improcedente, o contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização tributária quanto à inadimplência e à existência de pagamento pendente, a fim de garantir o recebimento dos créditos públicos.

8.14. Persistindo a irregularidade, serão adotadas as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurada a ampla defesa.

8.15. Caso o objeto esteja efetivamente executado, os pagamentos continuarão sendo realizados até a formalização da rescisão, caso o contratado não regularize sua situação no SICAF.

8.16. Se, durante a liquidação, for identificado erro ou falha sanável (salvo má-fé), o credor será notificado para corrigir o documento no prazo de 3 (três) dias corridos. O não atendimento implicará suspensão da exigibilidade do pagamento e exclusão da obrigação da ordem cronológica.

8.17. No caso de atraso por parte do contratante, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o vencimento e a data do efetivo pagamento, com juros de mora de 0,5% ao mês (6% ao ano), calculados conforme fórmulas previstas na legislação aplicável, como a disposta a seguir:

$$I = (TX/100) \cdot 365$$

EM = $I \times N \times VP$, onde: I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

8.18. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária em favor do contratado, na conta previamente indicada.

8.19. Considera-se como data do pagamento aquela em que for emitida a ordem bancária.

8.20. No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

8.21. Serão aplicados os percentuais legais de retenção, independentemente daqueles apresentados na planilha de custos.

8.22. O contratado optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos pelo regime, desde que apresente comprovação atualizada de sua condição.

8.23. Caso alguma nota fiscal apresente valores divergentes do licitado, dos itens efetivamente adquiridos, ou inclua itens não entregues ou entregues parcialmente, será glosada e devolvida ao contratado para correção, devendo ser reapresentada, após o devido saneamento, para fins de pagamento.

8.24. Revisão, Recomposição ou Realinhamento de Preços

8.25. Poderá ocorrer reajuste de preços nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que devidamente justificado e fundamentado.

8.25.1. Os preços registrados/contratados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 25, § 7º, combinado com o art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021. Após o decurso da anualidade, eventual reajuste em sentido estrito poderá ser analisado mediante solicitação formal e fundamentada da Contratada, observada a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente quanto às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, sem prejuízo das demais condições previstas neste Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual. Eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, quando fundado em fato superveniente, devidamente comprovado e juridicamente admitido, deverá ser apresentado pela Contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência do fato gerador que lhe dê causa, acompanhado da documentação comprobatória pertinente.

8.25.2. O reajuste, em sentido estrito, poderá ser concedido mediante solicitação justificada e fundamentada da Contratada, aplicando-se, em princípio, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item, em disputa aberta, para fins de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A escolha do fornecedor será precedida de pesquisa de preços de mercado, conforme o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e nas diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, assegurando-se a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, com base em critérios de menor preço por item e adequação às especificações técnicas exigidas.

9.3. Verificação Prévia

9.3.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, a Comissão de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção impeditiva de participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- b)** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná/RO;
- c)** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia - CAGEFIMP;
- d)** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (TCU);
- e)** A consulta será realizada em nome do licitante, nos termos da Lei nº 14.230/2021.

9.4. Habilitação Jurídica

Conforme disposto no item 5.1. deste termo de referência.

9.5. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

Conforme disposto no item 5.2. deste termo de referência

9.6. Habilitação Econômico-Financeira

Conforme disposto no item 5.3. deste termo de referência.

9.7. Habilitação Técnica

Conforme disposto no item 5.4. deste termo de referência.

9.8. Será dada preferência, quando possível, aos fornecedores que comprovarem práticas sustentáveis, conforme disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, inclusive quanto ao uso de embalagens recicláveis, produtos biodegradáveis e materiais de menor impacto ambiental.

9.9. Demais Documentos e Declarações

9.9.1. Declaração de inexistência de fato impeditivo;

9.9.2. Declaração de ciência e concordância com este Termo de Referência;

9.9.3. Declaração de que não está proibido de contratar com o Poder Público.

9.10. Após a seleção da proposta mais vantajosa, será realizada a formalização da contratação nos termos do art. 89 da Lei nº 14.133/2021, com emissão da nota de empenho, assinatura do contrato e publicação do extrato no Diário Oficial do Município.

10. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado para a presente contratação é de **R\$ 102.973,69 (cento e dois mil, novecentos e setenta e três reais e sessenta e nove centavos)**, conforme o Mapa Comparativo de Preços e o Resultado da Cotação constante no **ID 2445238**.

10.2. Os preços foram obtidos mediante ampla pesquisa de mercado, utilizando-se como critério a **média dos preços válidos** obtidos junto a fornecedores do ramo, em estrita observância ao disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e no Decreto Municipal regulamentador.

10.3. Abaixo, apresenta-se o quadro consolidado com os valores atualizados conforme a última cotação realizada em abril de 2026:

Item	Código	Descrição Resumida	Qtd	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	008.008.422	Adaptador Angulado 90° (Vyaire iX5)	5	R\$ 18,59	R\$ 92,95
02	008.008.504	Conector em "Y" (Vyaire iX5)	5	R\$ 36,92	R\$ 184,60
03	008.008.424	Circuito Respiratório Neo/Ped Reutilizável	8	R\$ 795,00	R\$ 6.360,00
04	008.008.425	Copo Coletor de Água p/ Circuito	8	R\$ 28,79	R\$ 230,32
05	008.008.426	Sensor de Fluxo Proximal Neonatal	5	R\$ 1.613,34	R\$ 8.066,70
06	008.008.427	Copo da Válvula de Exalação	5	R\$ 205,42	R\$ 1.027,10
07	008.008.428	Cotovelo p/ Conexão Linha Proximal	5	R\$ 50,26	R\$ 251,30
08	008.008.429	Diafragma p/ Válvula de Exalação	5	R\$ 31,00	R\$ 155,00
09	008.008.430	Mangueira Ar Comprimido (4m)	5	R\$ 180,00	R\$ 900,00
10	008.008.431	Mangueira Oxigênio Medicinal (4m)	5	R\$ 153,67	R\$ 768,35
11	008.008.432	Tubo para Linha Proximal	5	R\$ 54,35	R\$ 271,75
12	008.008.433	Sensor de Fluxo Proximal Pediátrico	5	R\$ 310,32	R\$ 1.551,60
13	008.008.434	Válvula Reguladora de Pressão (Ar)	5	R\$ 300,00	R\$ 1.500,00
14	008.008.435	Válvula Reguladora de Pressão (O2)	5	R\$ 337,95	R\$ 1.689,75
15	008.008.436	Jarra p/ Umidificador Aquecido	6	R\$ 352,37	R\$ 2.114,22
16	008.008.437	Sensor de Temperatura p/ Umidificação	6	R\$ 176,67	R\$ 1.060,02
17	008.008.440	Lâmina Reta Laringoscópio nº 00	3	R\$ 123,27	R\$ 369,81
18	008.008.441	Lâmina Reta Laringoscópio nº 0	3	R\$ 153,26	R\$ 459,78
19	008.008.442	Lâmina Reta Laringoscópio nº 1	3	R\$ 120,82	R\$ 362,46
20	008.008.443	Kit CPAP Nasal Infantil nº 0	3	R\$ 144,34	R\$ 433,02
21	008.008.444	Kit CPAP Nasal Infantil nº 00	3	R\$ 144,34	R\$ 433,02
22	008.008.445	Kit CPAP Nasal Infantil nº 01	3	R\$ 141,01	R\$ 423,03
23	008.008.446	Kit CPAP Nasal Infantil nº 02	3	R\$ 152,50	R\$ 457,50
24	008.008.447	Kit CPAP Nasal Infantil nº 03	3	R\$ 159,39	R\$ 478,17
25	008.008.448	Kit CPAP Nasal Infantil nº 04	3	R\$ 159,51	R\$ 478,53
26	008.008.449	Kit CPAP Nasal Infantil nº 05	3	R\$ 155,34	R\$ 466,02
27	008.008.438	Equipamento de Umidificação Autônomo	5	R\$ 13.276,07	R\$ 66.380,35
28	008.008.439	Impressora Multifuncional Tanque Tinta	1	R\$ 2.947,00	R\$ 2.947,00
29	008.004.310	Laringoscópio Infantil (Cabo + 4 lâminas)	2	R\$ 1.530,67	R\$ 3.061,34
TOTAL			126		R\$ 102.973,69

10.4. A estimativa reflete o valor de mercado atualizado para abril de 2026, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa e a manutenção da qualidade assistencial na Clínica Obstétrica e Pediátrica do Hospital Municipal.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas com recursos específicos previstos no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná. Detalhada conforme a Ficha Orçamentária, especificada a seguir:

FICHAS ORÇAMENTÁRIAS

10

02

02 07

020704

10

10 302

10 302 0003

10 302 0003 2100 0000

1644OR

0.2.659 0

Fundo Municipal de Saúde

PODER EXECUTIVO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Saúde

Assistência Hospitalar e Ambulatorial

SAÚDE CUIDADO ESPECIAL

Manutenção dos Serviços de Atenção Especializada

4.4.90.52.00EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

010.150 Outras Transferências - FAMEJIPA

0,00

0,00

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do termo de referência;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5. Fraudar a licitação;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do

contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1. Qualquer tolerância da Administração Pública quanto a eventuais infrações não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

13.2. Cumprir e fazer cumprir, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostas por este Termo de Referência.

13.3. A Contratada se obriga a aceitar acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do artigo 125 da Lei 14.133/2021 e suas alterações, de até 25% (vinte e cinco por cento), tendo como base os preços constantes da(s) proposta(s) Contratada(s), diante de necessidade comprovada da Administração.

13.4. Não serão consideradas reivindicações adicionais de pagamento, reajustamento, revisão, recomposição ou realinhamento de preços que não observem as hipóteses, prazos, requisitos formais e comprovações previstos neste Termo de Referência, no edital, no instrumento contratual e na legislação aplicável.

14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão dirimidos por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 14.133/21, aplicando-se paralelamente, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, assegurando que todos os procedimentos, requisitos e critérios aqui estabelecidos estejam plenamente alinhados com a legislação vigente e com as melhores práticas de contratação pública.

15.2. O presente documento tem por objetivo garantir a eficiência, a economicidade e a adequada execução contratual, atendendo, de forma eficiente e sustentável, às necessidades do Departamento de Média e Alta Complexidade.

15.3. Aprovação

O presente Termo de Referência foi aprovado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. *Cristiano Ramos Pereira*, confirmando que o documento atende às necessidades e requisitos da unidade, conforme as normas vigentes e as melhores práticas administrativas.

15.4. Assinaturas

Da data da assinatura eletrônica.

Aprovado por:

(Assinado eletronicamente)
CRISTIANO RAMOS PEREIRA
Secretário Municipal De Saúde
Decreto nº 0038/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **ERICK FELIPE DUTRA DE CASTRO, ASSESSOR (A) EXECUTIVO - GABINETE DO PREFEITO**, em 02/06/2026 às 10:14, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 02/06/2026 às 10:23, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO DE SOUZA OLIVEIRA, GERENTE DEPARTAMENTO MEDIA E ALTA COMPLEXIBILIDADE**, em 02/06/2026 às 11:45, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2734892** e o código verificador **021BFF49**.

Referência: [Processo nº 1-6979/2025](#).

Docto ID: 2734892 v1



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Unidade Requisitante	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA
Serviço	AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO TIPO B
Processo	1-6549/2025

INFORMAÇÕES BÁSICAS PROCESSO ADMINISTRATIVO

Aquisição de 02 (duas) ambulâncias destinadas a atender às necessidades de remoção de pacientes nos distritos de Nova Colina e Nova Londrina, no município de Ji-Paraná/RO, com recursos oriundos de emenda parlamentar.

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A crescente demanda pelos serviços de saúde em Ji-Paraná/RO, impulsionada pelo envelhecimento populacional, pelo aumento dos atendimentos e pelo desgaste da frota existente, evidencia a necessidade de renovação e ampliação das ambulâncias municipais. A insuficiência de veículos compromete a eficiência do atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar, especialmente nos casos que exigem resposta rápida e segura.

Diante disso, torna-se imprescindível a aquisição de 02 (duas) Ambulâncias de Suporte Básico Tipo B, destinadas ao transporte inter-hospitalar de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento pré-hospitalar de pacientes com risco de vida desconhecido, desde que não demandem intervenção médica imediata durante o deslocamento.

A medida atende às necessidades operacionais das Unidades Básicas de Saúde dos distritos de Nova Londrina e Nova Colina, fortalecendo sua capacidade de resposta às urgências e garantindo maior cobertura municipal. A disponibilização de veículos novos, equipados e em conformidade com as normas vigentes assegura atendimento mais ágil, seguro e eficiente.

Sob a ótica do interesse público, a contratação amplia a resolutividade da rede municipal de saúde, reduz riscos associados ao transporte inadequado e contribui para a continuidade e a melhoria dos serviços prestados à população.

II - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A presente contratação foi formalizada por meio do Documento de Formalização de Demanda (DFD) (ID 1836157) e está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria Municipal de Saúde para o exercício de 2025, em conformidade com o art. 18, § 1º, II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o planejamento como requisito essencial à boa gestão pública.

A inclusão da demanda no PCA (Id do item no PCA nº 12683, disponível em: <<https://pncp.gov.br/app/pca/19122075000173/2025>>) evidencia o alinhamento entre as necessidades das unidades de saúde e o planejamento estratégico e orçamentário da Administração, assegurando maior previsibilidade, uso eficiente dos recursos e racionalização dos processos licitatórios.

Dessa forma, ratifica-se a pertinência e a legitimidade da contratação, em consonância com os critérios técnicos, legais e com o princípio do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021.

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos Técnicos e Normativos

3.1.1. Os veículos deverão atender integralmente à NBR 14561/ABNT, referente a veículos para atendimento de emergência médica e resgate.

3.1.2. A ambulância deverá estar em conformidade com a Portaria MS nº 2.048/2002, que estabelece diretrizes e critérios para os Serviços de Urgência e Emergência.

3.1.3. Os veículos deverão ser novos, zero quilômetro, sem qualquer uso anterior.

3.1.4. Todos os equipamentos, mobiliários, dispositivos e acessórios embarcados deverão ser originais de fábrica, novos, lacrados e em perfeitas condições de funcionamento.

3.1.5. A contratada deverá entregar as ambulâncias devidamente licenciadas na UF de entrega, com IPVA, taxas, seguro obrigatório (quando exigido pela legislação vigente) e demais tributos quitados.

3.1.6. Os veículos deverão ser entregues emplacados em nome da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná, podendo ser destinados diretamente às unidades beneficiadas.

3.2. Conformidade Legal, Trabalhista e Vedações

3.2.1. A empresa deverá cumprir normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas pelos órgãos competentes.

3.2.2. É vedada a participação de empresa inscrita no Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão (Portaria MTPS/MMIRDH nº 4/2016).

3.2.3. Não poderá disputar a licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, nos termos do art. 14, inciso VI,

da Lei nº 14.133/2021.

3.2.4. É proibida a participação de licitantes:

- a) punidos com sanções impeditivas do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
- b) enquadrados nas hipóteses do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- c) cujo quadro societário inclua servidor público municipal ou dirigente do órgão contratante;
- d) cujos sócios tenham parentesco (até 2º grau) com Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou servidores de Ji-Paraná/RO.

3.2.5. A licitante vencedora deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, previdenciária e trabalhista conforme Lei nº 14.133/2021.

3.3. Requisitos de Fornecimento, Garantia e Treinamento

3.3.1. A contratada deverá ministrar treinamento básico no ato da entrega, abrangendo:

- a) operação e direção do veículo e equipamentos;
- b) programação dos recursos operacionais;
- c) lista de checagem de funcionamento.

3.3.2. Todos os custos com treinamento, deslocamento, alimentação e estadia serão de responsabilidade da contratada.

3.3.3. Os veículos, componentes ou equipamentos que apresentarem defeitos, avarias ou vícios deverão ser reparados, corrigidos ou substituídos pela Contratada, sem ônus à Administração, observada a natureza da inconformidade constatada. Tratando-se de defeito sanável em componente ou equipamento, a regularização deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal. Na hipótese de necessidade de substituição integral do veículo, o prazo será de até 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação formal da Administração.

3.3.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, nos termos do art. 90, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

3.3.5. Os veículos deverão possuir garantia conforme especificações do Termo de Referência, incluindo assistência técnica.

3.4. Requisitos de Qualidade, Identificação e Regularidade Sanitária

3.4.1. Todos os materiais, dispositivos e equipamentos embarcados deverão possuir registro ou notificação na ANVISA, quando exigido.

3.4.2. Não serão aceitos itens genéricos, similares ou substitutivos sem autorização expressa da Administração.

3.4.3. Todos os itens deverão apresentar, de forma clara:

- a) Fabricante;
- b) Lote;
- c) Número de registro;
- d) Data de fabricação;
- e) Validade.

3.4.4. O transporte e acondicionamento dos materiais deverão seguir normas sanitárias da ANVISA e demais órgãos reguladores.

3.4.5. A contratada deverá manter canal de comunicação técnico para orientações, dúvidas ou informações sobre riscos e manuseio.

3.5. Critérios de Sustentabilidade Ambiental

3.5.1. A contratação deverá observar os princípios da sustentabilidade previstos no Decreto nº 7.746/2012 e na Lei nº 12.305/2010.

3.5.2. A contratada deverá priorizar materiais recicláveis, biodegradáveis ou atóxicos, sempre que tecnicamente possível.

3.5.3. Embalagens devem ser seguras, resistentes e de volume reduzido.

3.5.4. É vedado o fornecimento de materiais que contenham substâncias químicas proibidas pela ANVISA ou IBAMA.

3.5.5. A contratada deverá apresentar evidências de práticas sustentáveis, como certificações ou declarações do fabricante.

3.5.6. O descarte de resíduos seguirá a RDC ANVISA nº 222/2018, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.

3.5.7. Quando houver necessidade de descarte especial, a contratada deverá fornecer instruções técnicas e FISPQ, quando aplicável.

3.6. Natureza da Aquisição

3.6.1. A aquisição classifica-se como bem comum, conforme Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e especificações amplamente disponíveis no mercado.

3.6.2. Trata-se de aquisição essencial para atendimento continuado das demandas assistenciais do Município.

IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

Os quantitativos estimados para esta contratação foram definidos com base nas necessidades operacionais das Unidades Básicas de Saúde que atendem os distritos de Nova Londrina e Nova Colina, localizados entre 30 e 40 quilômetros das unidades hospitalares de referência. Localização das unidades:

a) UBS Nova Colina, situada na Rua Tancredo Neves, nº 1010, Distrito de Nova Colina, CEP 76900-020, CNES nº 2495368;

b) UBS Nova Londrina, situada na Rua Bahia, nº 1095, Distrito de Nova Londrina, CEP 76900-020, CNES nº 2495333.

A **Memória de Cálculo** também foi embasada pelo Plano de Trabalho 2 AMBULANCIAS TIPO B de 07/08/2025 (ID 1950016)

As solicitações e os quantitativos previstos neste Estudo Técnico Preliminar foram analisados e previamente autorizados pelo gestor da Secretaria Municipal de Saúde e pela diretora do Departamento beneficiado. A estimativa das quantidades encontra-se apresentada na planilha a seguir.

Planilha: Detalhamento e Quantidade dos itens a serem adquiridos.

ITEM	REFERÊNCIA	UNID.	QTD
01	AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO, TIPO B, TIPO FURGÃO, 0KM, 2025/2026 (OU SUPERIOR). O VEÍCULO DEVERÁ SEGUIR AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONFORME DESCRITO NA ABNT NBR 14561/2000. O VEÍCULO DEVERÁ SER EQUIPADO DE ACORDO COM A PORTARIA MINISTERIAL Nº 2048, DE 5 DE	UN	02

NOVEMBRO DE 2002; O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR: FREIOS ABS; SISTEMA DE AR CONDICIONADO; DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; TRAVAS E VIDROS ELÉTRICOS; MOTOR 2.0 OU SUPERIOR; ALTERAÇÃO JUNTO AO DENATRAN DE FURGÃO PARA AMBULÂNCIA, CONFORME AS REGULAMENTAÇÕES VIGENTES; REVESTIMENTO INTERNO: ISOLAMENTO TERMOACÚSTICO ADEQUADO PARA REDUZIR RUÍDOS E CONTROLAR A TEMPERATURA INTERNA; REVESTIMENTO DAS LATERAIS E DO TETO EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA, COMO FIBRA DE VIDRO OU EQUIVALENTE, DURÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO PISO ANTIDERRAPANTE, CONFECCIONADO EM FIBRA DE VIDRO OU MATERIAL EQUIVALENTE. ARMAZENAMENTO: ARMÁRIOS SUPERIORES COM PORTAS DESLIZANTES, FABRICADOS EM MATERIAL RESISTENTE, COMO FIBRA DE VIDRO OU EQUIVALENTE, DE COR CLARA, PARA FACILIDADE DE MANUSEIO E DURABILIDADE; BALCÃO EM FIBRA DE VIDRO OU MATERIAL EQUIVALENTE, COM LOCAL PARA GUARDA E FIXAÇÃO DE PRANCHA, PORTAS DESLIZANTES E ESPAÇO PARA ARMAZENAMENTO DE BATERIAS E MEDICAMENTOS. BANCOS: BANCO DO ASSISTENTE COM POLTRONA ANATÔMICA FIXA, EQUIPADA COM CINTOS DE SEGURANÇA, PROPORCIONANDO CONFORTO E SEGURANÇA; BANCO LATERAL EM FIBRA DE VIDRO OU MATERIAL EQUIVALENTE, PARA ATÉ 02 PESSOAS, COM CINTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAIS, ESTOFAMENTO DE ALTA RESISTÊNCIA E ENCOSTO DE CABEÇA AJUSTÁVEL. SISTEMA ELÉTRICO: ILUMINAÇÃO INTERNA COM NO MÍNIMO 03 LUMINÁRIAS ALÓGENAS NO TETO E 04 LUMINÁRIAS LEDS PARA GARANTIR BOA VISIBILIDADE; FAROL DE EMBARQUE INSTALADO SOBRE A PORTA TRASEIRA, COM CAPACIDADE ADEQUADA PARA VISUALIZAÇÃO NOTURNA; 02 TOMADAS INTERNAS 2P+T 220 VCA PARA EQUIPAMENTOS EXTERNOS. 02 TOMADAS INTERNAS 12 VCC PARA ALIMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS; INVERSOR DE VOLTAGEM 400 WATTS, PERMITINDO A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS. SINALIZAÇÃO: BARRA DE SINALIZAÇÃO COM SIRENE ELETRÔNICA DE 100 WATTS E 01 TOM, COM SOM AUDÍVEL EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. LUZES DE ADVERTÊNCIA, SENDO 03 UNIDADES EM CADA LADO DO VEÍCULO E 02 NA PARTE TRASEIRA, PARA GARANTIR VISIBILIDADE E SEGURANÇA. OXIGENAÇÃO: SISTEMA DE OXIGÊNIO COM SUPORTE PARA CILINDRO DE 16 LITROS; INSTALAÇÃO DE CILINDRO DE OXIGÊNIO DE 16 LITROS, INCLUINDO VÁLVULA E MANÔMETRO; RÉGUA DE OXIGÊNIO COM 03 PONTAS, FLUXÔMETRO, ASPIRADOR E UMIDIFICADOR; VENTILAÇÃO: INSTALAÇÃO DE 01 VENTILADOR DE BAIXO CONSUMO E ALTA EFICIÊNCIA PARA GARANTIR A VENTILAÇÃO ADEQUADA; INSTALAÇÃO DE 01 EXAUSTOR PARA PROMOVER A CIRCULAÇÃO DE AR E CONFORTO AMBIENTAL. VIDROS: VIDROS FIXOS COM PELÍCULA JATEADA NAS PORTAS TRASEIRAS, PARA PRIVACIDADE E CONTROLE DE TEMPERATURA INTERNA; VIDRO CORRER NA DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO DO PACIENTE, PARA PERMITIR COMUNICAÇÃO DIRETA.

V - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, realizou-se levantamento de mercado para identificação das soluções disponíveis, cabendo à equipe de planejamento analisar

comparativamente as alternativas encontradas e indicar a opção mais vantajosa, considerando economicidade, eficiência administrativa, sustentabilidade e possibilidade de aquisição ou locação; adicionalmente, foram consultados processos similares de outros órgãos para identificar metodologias e inovações aplicáveis às contratações, visando aprimorar o atendimento às necessidades da Administração.

5.1. Solução 1 - Contratação de empresa para locação dos veículos.

Ao analisar a possibilidade de contratação de empresa para a locação de veículos, foram identificadas empresas que oferecem esse serviço, conforme exemplo na planilha abaixo:

Planilha: Demonstração de custo com locação de Veículo

ENTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UND	VALOR UNITÁRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA/ PARÁ	VEÍCULO ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO, TIPO B [...].	MÊS	R\$: 15.499,00

Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/contratos/04144150000120/2025/700>

Diante do exposto, observa-se que, para a locação pelo período de 24 meses, por exemplo, valor unitário gasto por veículo seria de R\$ 371.796,00 (trezentos e setenta e um mil, setecentos e noventa e seis reais), totalizando R\$ 743.952,00 (setecentos e quarenta e três mil, novecentos e cinquenta e dois reais) para duas ambulâncias.

Esse montante ultrapassa o valor preliminar estimado de R\$ 632.000,00 (seiscentos e trinta e dois mil reais) para a aquisição das duas unidades, tornando desinteressante esta opção.

5.2. Solução 2 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

Após consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas e à Superintendência de Compras e Licitações (SUPECOL) deste município, constatou-se a inexistência de Atas de Registro de Preços disponíveis para adesão que atendam integralmente às necessidades da SEMUSA, o que inviabiliza essa alternativa.

5.3. Solução 3 Licitação própria para formalização de Ata de Registro de Preços.

Considerando que a aquisição dessas viaturas visa à complementaridade, continuidade e melhoria do atendimento já prestado de forma ininterrupta, e que a contratação nesses moldes possibilita atender outras demandas que venham a surgir, garantindo disponibilidade permanente dos veículos, revela-se essencial assegurar o suporte adequado às atividades assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná.

Conclusão

Após análise de mercado, verificou-se que os itens possuem ampla oferta nacional, tornando a licitação própria (Solução 3) a alternativa mais vantajosa. Essa modalidade assegura solicitações programadas, reduz entraves burocráticos e oferece maior autonomia, agilidade, controle e transparência ao órgão, atendendo às necessidades de curto e longo prazo. Assim, recomenda-se a realização de Pregão Eletrônico, com julgamento por menor preço por item, em disputa aberta, para Registro de Preços, conforme a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A

ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

6.1. Estima-se o valor estimado médio total de **R\$ 632.000,00 (seiscentos e trinta e dois mil reais)** para a aquisição dos itens deste ETP.

6.2. Para a estimativa, utilizaram-se como parâmetro contratações similares, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando-se a média dos valores registrados, conforme demonstrado na planilha abaixo.

COTAÇÃO: AMBULÂNCIA TIPO B AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO; DESCRIÇÃO, EDITAIS, VALORES (UNITÁRIO TOTAL E MÉDIO).

ITEM	REFERÊNCIA			
01	02 (DUAS) AMBULÂNCIAS TIPO B - AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO: veículo destinado ao transporte interhospitalar de pacientes [...].			
COTAÇÃO ESTIMATIVA	EDITAL	LINK DA FONTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Ata nº 26/2025	https://pncp.gov.br/app/atas/01974088000105/2025/10/2	R\$: 335.000,00	R\$: 670.000,00
02	Ata nº 10139	https://pncp.gov.br/app/atas/09069709000118/2025/72/1	R\$: 298.000,00	R\$: 596.000,00
03	Ata nº 202504280002	https://pncp.gov.br/app/atas/23444748000189/2025/14/2	R\$: 315.000,00	R\$: 630.000,00
MÉDIA			R\$: 316.000,00	R\$: 632.000,00

6.3. Entretanto, considerando as diretrizes da legislação vigente, a estimativa de valor desta aquisição será atualizada com base em cotação de preços conduzida pela Controladoria-Geral de Preços. Essa medida busca garantir maior segurança na definição do valor estimado, assegurando a economicidade, a viabilidade técnica e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

VII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

Face ao exposto e conforme delineado no Levantamento de Mercado, a solução adotada neste ETP consiste na aquisição, por se revelar a alternativa economicamente mais vantajosa para a Administração. A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de Registro de Preços, na modalidade eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por item. Ressalta-se que a Superintendência de Compras e Licitações (SUPECOL) deste Município, detentora de expertise na condução processual, poderá acatar ou indicar a modalidade mais adequada, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas vigentes.

7.1. Assistência Técnica

7.1.1. A CONTRATADA deverá dispor de rede de assistência técnica autorizada, preferencialmente localizada no município de Ji-Paraná/RO, para execução dos serviços de garantia e demais intervenções necessárias à manutenção da regularidade operacional dos veículos/equipamentos.

7.1.2. É admitida a subcontratação de serviços especializados homologados pelo fabricante, desde que mantidas todas as condições originais de garantia.

7.1.3. Na inexistência de unidade credenciada em Ji-Paraná/RO, a CONTRATADA deverá enviar

serviço técnico especializado à capital do estado para realização dos reparos necessários, sem ônus ao CONTRATANTE.

7.1.4. No ato da entrega dos veículos e equipamentos que os compõem, a CONTRATADA deverá fornecer o termo de garantia, preferencialmente digital, devidamente preenchido e acompanhado dos manuais de instruções.

7.1.5. A CONTRATADA não poderá impor qualquer restrição ao cumprimento da garantia, assistência técnica ou revisões previstas no manual do fabricante, sendo sua participação na licitação considerada aceitação integral dessas condições.

7.2. Garantia

As disposições a seguir asseguram o padrão de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho dos bens adquiridos.

7.2.1. O prazo de garantia contratual, complementar à garantia legal, será o estabelecido neste Termo ou aquele fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo.

7.2.2. Garantia total mínima de 12 meses, sem limite de quilometragem, para o veículo original de fábrica e suas modificações exigidas pela CONTRATANTE.

7.2.3. Garantia total mínima de 12 meses para equipamentos adicionais e acessórios exigidos pela CONTRATANTE.

7.2.4. Garantia mínima de 36 meses para avarias de pintura decorrentes de defeito de origem.

7.2.5. Garantia mínima de 36 meses para dispositivos de sinalização acústica, visual e de comunicação.

7.2.6. Garantia mínima de 60 meses contra perfuração por corrosão da carroceria.

7.2.7. Caso o prazo ofertado pelo fabricante seja inferior ao exigido, a CONTRATADA deverá complementá-lo pelo período restante.

7.2.8. A CONTRATADA deverá realizar gratuitamente todas as revisões obrigatórias previstas para os primeiros 12 meses, ou prazo superior indicado no plano de manutenção, incluindo peças, óleos, filtros e mão de obra.

7.2.9. Os serviços constantes no plano de manutenção deverão ser executados pela rede de concessionárias ou oficinas autorizadas durante todo o período de garantia.

7.2.10. A garantia abrange a manutenção corretiva, incluindo substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

7.2.11. As peças com vício ou defeito deverão ser substituídas por peças novas, originais e de primeiro uso, atendendo às normas técnicas aplicáveis.

7.2.12. O transporte dos equipamentos durante o período de garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.

7.2.13. Após notificação, a CONTRATADA terá até 15 dias úteis para realizar o reparo ou substituição das peças, contados da retirada do bem.

7.2.14. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita pelo CONTRATANTE.

7.2.15. Na inviabilidade de reparo ou na constatação de defeitos sistemáticos, deverá ser providenciada a substituição integral do veículo no prazo máximo de 60 dias.

7.2.16. Peças ou veículos substituídos terão restabelecidas todas as garantias originalmente previstas.

7.2.17. A garantia será prestada sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

7.2.18. Decorrido o prazo de reparo sem atendimento ou justificativa, o CONTRATANTE poderá contratar terceiros e exigir reembolso, sem prejuízo da garantia.

7.2.19. A garantia possui vigência própria, independente da vigência contratual, podendo gerar penalidades mesmo após o término do contrato.

7.2.20. Em caso de Recall, os serviços serão realizados pela rede autorizada, sem custos para a Administração.

7.3. Dimensionamento e Abastecimento

7.3.1. O abastecimento deverá obedecer ao cronograma pré-estabelecido, conforme emissão de empenho financeiro pela Unidade responsável.

7.3.2. Todas as entregas deverão ser acompanhadas por servidores da Unidade, em horário de expediente.

7.3.3. Os veículos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sob pena de devolução.

7.3.4. A CONTRATADA deverá observar todas as medidas de segurança necessárias ao transporte dos veículos e equipamentos que componham os mesmos .

7.4. Obrigações e Responsabilidades da Contratada

A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente pelo fornecimento das ambulâncias e demais componentes objeto deste ETP, observando a legislação vigente, as especificações estabelecidas e as seguintes disposições:

7.4.1. As ambulâncias, equipamentos embarcados, acessórios e demais componentes deverão atender integralmente às normas técnicas aplicáveis, incluindo regulamentações do CONTRAN, ABNT e demais legislações específicas para veículos de emergência.

7.4.2. Compete à comissão de fiscalização do contrato deliberar sobre eventuais casos omissos relacionados às especificações ou documentos técnicos que não tenham sido contemplados neste ETP.

7.4.3. A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade total e exclusiva pela qualidade, conformidade e integridade dos veículos e equipamentos fornecidos.

7.4.4. A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da entrega, todas as licenças, certificações e autorizações exigidas pelos órgãos de fiscalização competentes, válidas na data de apresentação.

7.4.5. Apresentar documento de garantia dos veículos e equipamentos fornecidos, conforme previsto na legislação e nas normas correlatas.

7.4.6. Garantir a entrega das ambulâncias dentro do prazo contratado, o qual não deverá exceder 60 (sessenta) dias, salvo disposição diversa prevista no edital.

7.4.7. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte dos veículos, assegurando que ocorram em condições adequadas, com proteção contra danos e em conformidade com as exigências legais.

7.4.8. Fornecer os veículos e equipamentos com todos os dados técnicos necessários para seu uso, operação e manutenção.

7.4.9. Entregar todos os componentes, acessórios e equipamentos com identificação clara e documentação técnica correspondente.

7.4.10. Disponibilizar equipe qualificada para as atividades de entrega, carga e descarga, devidamente uniformizada e identificada.

7.4.11. Responsabilizar-se pela segurança de seus empregados durante todas as etapas da entrega, incluindo carga e descarga.

7.4.12. Garantir que sua equipe observe integralmente as normas de segurança, disciplina e uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual.

7.4.13. Responder por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual, não sendo tal responsabilidade afastada pela fiscalização da Administração.

7.4.14. Responsabilizar-se pela substituição de peças, equipamentos ou componentes que apresentem defeitos de fabricação ou instalação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE,

devendo ser novos, originais e de primeira linha, conforme padrões ABNT e normas complementares aplicáveis.

7.4.15. Assegurar a qualidade dos veículos, equipamentos e demais itens fornecidos, em conformidade com as especificações técnicas deste ETP.

7.4.16. Arcar com todos os custos relativos ao fornecimento, incluindo fretes, seguros e demais encargos até a entrega final no local indicado pelo CONTRATANTE.

7.4.17. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis decorrentes de suas atividades.

7.4.18. É vedada a transferência das obrigações contratuais da CONTRATADA a terceiros, salvo hipóteses legais autorizadas e mediante anuência expressa da Administração.

7.4.19. Responder integralmente por todas as obrigações previstas na legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial e civil relacionadas à execução contratual, incluindo obrigações referentes a empregados e prepostos.

7.4.20. Disponibilizar canal de atendimento ao CONTRATANTE (ex.: e-mail, telefone ou 0800) para esclarecimentos relacionados ao funcionamento, manutenção e eventuais reparos dos veículos e equipamentos fornecidos.

7.4.21. Enviar, para fins de pagamento, todas as notas fiscais acompanhadas da comprovação de recebimento emitida pela equipe responsável da CONTRATANTE.

7.5. Obrigações e Responsabilidades da Contratante

7.5.1. Exercer a regulação, o controle e a avaliação da aquisição das ambulâncias, garantindo que o objeto contratado seja cumprido conforme os requisitos técnicos e operacionais estabelecidos no ETP, no Termo de Referência e no Edital.

7.5.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da aquisição por meio da comissão de recebimento, fiscal designado, responsáveis por dirimir pendências, registrar ocorrências e prestar os esclarecimentos necessários à Contratada durante o fornecimento dos veículos e equipamentos embarcados.

7.5.3. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade constatada durante a entrega das ambulâncias, equipamentos ou acessórios, observando as especificações técnicas deste instrumento.

7.5.4. Notificar a Contratada quanto a irregularidades referentes à qualidade, quantidade ou conformidade dos veículos e equipamentos, podendo exigir a correção das falhas dentro do prazo definido, bem como rejeitar itens que estejam em desacordo com as especificações contratadas.

7.5.5. Realizar inspeções técnicas, quando julgar necessário, para verificar o atendimento integral das exigências relativas às ambulâncias, aos equipamentos e às adaptações previstas.

7.5.6. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada, desde que pertinentes ao processo de entrega, documentação, conferência e demais aspectos relacionados à execução da aquisição.

7.5.7. Designar servidor(es) responsável(is) pela fiscalização e pelo recebimento das ambulâncias, com competência legal para acompanhar todos os procedimentos, verificar a conformidade dos veículos e notificar a Contratada sobre ocorrências.

7.5.8. Atestar e certificar as notas fiscais referentes ao fornecimento dos veículos, mediante servidor formalmente designado, observando previamente a manutenção das condições de habilitação da Contratada.

7.5.9. Emitir o Termo de Recebimento dos veículos e equipamentos entregues, ressaltando que o recebimento não exime a Contratada das responsabilidades previstas no edital e seus anexos.

7.5.10. Efetuar o pagamento na conta bancária indicada pela Contratada, em até 30 (trinta) dias úteis após o Recebimento Definitivo, condicionado à apresentação da nota fiscal e à verificação da regularidade fiscal e documental da empresa.

7.6. Local de Entrega

7.6.1. A entrega deverá ocorrer sem qualquer custo adicional, em dias úteis, diretamente no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde SEMUSA, no horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 13h30, excetuando-se feriados. Endereço: Rua Teresina, nº 497, Bairro Nova Brasília, CEP 76908-326, Ji-Paraná/RO. E-mail para contato: almoxarifadosemusajp@gmail.com.

7.7. Condições de Entrega

7.7.1. Os itens deverão ser entregues em perfeito estado, livres de avarias, devidamente acondicionados e compatíveis com o conteúdo especificado, de forma a assegurar sua integridade.

7.7.2. Serão recusados os itens que não atendam às especificações estabelecidas. Cada item deverá ser acompanhado do manual do usuário em língua portuguesa e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.7.3. O prazo para entrega dos bens será de 60 (noventa) dias corridos, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho.

7.8. Validade da Ata de Registro de Preços

7.8.1. A Ata de Registro de Preços, com validade de até 1 (um) ano, poderá ser prorrogada quanto ao prazo e à quantidade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovadas a vantagem e a conveniência para a Administração, o atendimento ao interesse público e a concordância dos fornecedores, observados os prazos máximos previstos na legislação.

7.8.2. A prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, assegurando a continuidade do registro de preços nas mesmas condições originalmente pactuadas ou com as alterações permitidas pela legislação vigente.

7.8.3. Deverão ser observadas as demais disposições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

7.8.4. Critérios de Adesão à Ata por Órgãos Não Participantes

7.8.4.1. A adesão à Ata por órgãos/entidades não participantes observará:

- a)** Justificativa da vantagem da adesão, incluindo risco de desabastecimento ou descontinuidade de serviços;
- b)** Compatibilidade dos preços com o mercado, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- c)** Consulta e aceitação prévia do órgão gerenciador e do fornecedor;
- d)** Aceitação facultativa do fornecedor, desde que não prejudique obrigações atuais e futuras da Ata.
- e)** Possibilidade de adesão a itens não inicialmente previstos, conforme § 2º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021;
- f)** Limite de até 50% dos quantitativos registrados para cada órgão ou entidade, conforme Decreto Municipal nº 1.385/2024.
- g)** Limite global de adesões de até o dobro do quantitativo de cada item registrado;
- h)** Vedação à adesão por órgãos federais a Atas instituídas por órgãos municipais, estaduais ou distritais.

7.9. Destinação Final de Veículos Inservíveis

7.9.1. No ciclo de vida final, os veículos classificados como inservíveis, sem condições técnicas ou econômicas de recuperação, deverão ser destinados conforme a legislação vigente, podendo ser

alienados por leilão, doação, permuta ou outra forma legalmente prevista. A unidade responsável deverá instruir o processo com laudo técnico e avaliação patrimonial, assegurando destinação regular, transparente e compatível com o interesse público.

VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Conforme o art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se a possibilidade de parcelamento da contratação para a aquisição das ambulâncias. Contudo, em razão da necessidade de entrega integral do objeto, a fim de garantir a continuidade das atividades assistenciais, reduzir custos operacionais e assegurar maior eficiência na execução, conclui-se pela não adoção do parcelamento.

8.2. Todavia, será permitida a subcontratação de serviços especializados homologados pelo fabricante, exclusivamente para a preparação dos veículos, desde que preservadas todas as condições originais de garantia. Dessa forma, assegura-se que o fornecimento ocorra de maneira centralizada e coordenada pela empresa vencedora do certame, garantindo a qualidade, a uniformidade e a padronização dos itens adquiridos.

IX - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

9.1. Garantir a aquisição dos itens previstos com o melhor preço, qualidade adequada e plena conformidade com as especificações técnicas.

9.2. Atender às necessidades das UBS de Nova Londrina e Nova Colina, assegurando segurança e suporte no transporte de pacientes e profissionais.

9.3. Disponibilizar veículos adequados, contribuindo para atendimentos mais precisos, eficientes e alinhados às demandas de suporte à vida.

9.4. Aprimorar as ações de transporte, remoção e, quando necessário, busca e salvamento, fortalecendo a capacidade operacional das equipes de saúde.

9.5. Elevar a segurança, a eficiência e a efetividade no desempenho das atividades institucionais dos profissionais de saúde.

9.6. Por fim, contribuir para o aprimoramento das condições de saúde dos munícipes em geral, fortalecendo as ações que asseguram um suporte digno à saúde em nosso município.

X - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

10.1. Providências Administrativas Prévias

Não serão necessárias providências prévias específicas para a aquisição dos veículos, considerando que o município já possui rotina consolidada para esse tipo de aquisição, equipe capacitada e espaço adequado para receber e guardar os mesmos, conforme as normas vigentes.

Entretanto, para assegurar a adequada execução, a conformidade legal e a boa gestão do objeto contratado, serão adotadas as seguintes providências:

10.2. Designação da Equipe de Fiscalização

A equipe de fiscalização será formalmente designada por meio de portaria ou instrumento administrativo equivalente, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa nº 04/CGM/PMJP/2024. A equipe será composta por servidores efetivos com conhecimento técnico compatível com o objeto ou que venham a ser previamente capacitados.

10.3. Capacitação dos Fiscais

A equipe responsável pela fiscalização e gestão contratual é composta por servidores com capacitação e conhecimento técnico compatíveis com o objeto da contratação, especialmente quanto ao acompanhamento da entrega, recebimento e verificação das ambulâncias, observadas as atribuições legais e administrativas aplicáveis à fiscalização contratual.

A atuação da equipe de fiscalização deverá abranger, no mínimo, os seguintes aspectos:

10.3.1. Verificação técnica dos veículos, incluindo a instalação e o funcionamento dos equipamentos embarcados que compõem a ambulância;

10.3.2. Procedimentos de recebimento provisório e definitivo;

10.3.3. Verificação do cumprimento das cláusulas previstas no ETP, no TR, no edital e no instrumento contratual;

10.3.4. Formalização de ocorrências, elaboração de relatórios e adoção das providências administrativas cabíveis, inclusive quanto à eventual aplicação de penalidades, quando verificado o descumprimento das obrigações contratuais.

Sem prejuízo da capacitação já existente, poderão ser promovidas ações complementares de aperfeiçoamento, internas ou externas, pela Administração, pelo setor técnico, pela unidade de contratos ou por instituições de formação pública, tais como ENAP, TCU ou demais escolas de governo, visando ao aprimoramento contínuo da fiscalização contratual.

10.4. Planejamento Logístico

A unidade demandante, em conjunto com o setor responsável pelo recebimento, organizarão previamente o local e o cronograma de entrega dos veículos, de modo a não interferir nas rotinas administrativas e otimizar os recursos operacionais.

XI - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Entende-se que a presente contratação possui caráter autônomo, não dependendo de qualquer outro processo licitatório para produzir seus efeitos. Contudo, registra-se que a adequada operacionalização dos veículos vinculados ao objeto encontra respaldo em contratações administrativas específicas já existentes no âmbito desta SEMUSA, especialmente o Processo Administrativo n. 11081/2025, relativo à manutenção preventiva e corretiva da frota automotiva, e o Processo Administrativo n. 574/2023, relativo ao fornecimento de combustíveis para abastecimento dos veículos oficiais. Tais processos possuem objetos próprios e complementares à presente contratação, destinados a assegurar a continuidade da manutenção, conservação e abastecimento da frota, sem prejuízo da autonomia do presente procedimento.

XII - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

12.1. Considerações Gerais

Considerando os possíveis impactos ambientais durante o ciclo de vida dos veículos e com base no princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, identificam-se os seguintes impactos e respectivas medidas mitigadoras:

12.1.1. Emissões de Gases Poluentes

Impacto: Apesar de novo, o veículo ainda emitirá CO e demais poluentes atmosféricos.

Medidas mitigadoras:

- a) Planejamento de rotas e adoção de práticas de direção econômica;
- b) Utilização eficiente do veículo, evitando deslocamentos desnecessários;
- c) Possibilidade de compensação das emissões por meio de projetos ambientais (reflorestamento, energias renováveis).

12.1.2. Consumo de Recursos Naturais

Impacto: A produção do veículo demanda metais, plásticos e insumos derivados da extração de recursos naturais.

Medidas mitigadoras:

- a) Preferência por veículos com maior potencial de reciclagem;
- b) Ao final da vida útil, garantir destinação adequada para reciclagem ou reutilização de componentes, promovendo a economia circular.

12.1.3. Poluição Sonora

Impacto: O uso do veículo pode contribuir para o aumento de ruídos, especialmente em áreas sensíveis.

Medidas mitigadoras:

- a) Manutenção periódica para reduzir ruídos mecânicos;
- b) Uso racional de sirenes;
- c) Quando possível: planejamento de rotas e horários que evitem locais e períodos de maior sensibilidade acústica.

12.1.4. Geração de Resíduos e Possível Contaminação

Impacto: Resíduos gerados na manutenção (óleos, filtros, pneus, baterias) e no descarte final podem causar contaminação ambiental.

Medidas mitigadoras:

- a) Destinação adequada por meio de empresas licenciadas;
- b) Adoção de práticas de logística reversa para baterias, pneus e óleos;
- c) Armazenamento temporário conforme normas ambientais, evitando derramamentos e infiltrações.

12.2. Conscientização Ambiental

É essencial promover a sensibilização dos usuários quanto às práticas sustentáveis de uso e manutenção do veículo. Essas ações fortalecem a responsabilidade ambiental institucional e

garantem alinhamento às diretrizes de sustentabilidade e eficiência previstas na Lei nº 14.133/2021.

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Considerando todos os elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação da solução (aquisição), por meio de Pregão Eletrônico, para formalização de Registro de Preços, mostra-se adequada, viável e economicamente vantajosa para atender às demandas da unidade requisitante. A aquisição contribui para assegurar a qualidade, a eficiência e a continuidade dos serviços prestados à população.

XIV - CONSULTA A ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MUNICIPAL QUANTO À EXISTÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ATENDA A NECESSIDADE APRESENTADA PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

14.1. Em atendimento ao disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 1385 de 2021, foi realizada consulta ao órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços Municipal com o objetivo de verificar a existência de Ata de Registro de Preços vigente que pudesse atender à necessidade ora apresentada.

14.2. Após análise e consulta formal (ID 2216886) realizada junto ao setor competente, constatou-se a inexistência de Ata de Registro de Preços ativa no âmbito municipal que contemple os materiais requisitados para OBJETO PRETENDIDO, conforme as especificações técnicas descritas neste Estudo Técnico Preliminar.

14.3. Diante da ausência de instrumento vigente que atenda à demanda, justifica-se a necessidade da realização de nova licitação, na modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, de forma a possibilitar a contratação futura conforme a demanda da Administração, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

XV - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaramos, considerando todo o exposto nestes Estudos Preliminares, que a contratação:

[X] é viável [] não é viável

Aprovado por:

CRISTIANO RAMOS PEREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
MATRÍCULA Nº 999117

De acordo:

ALINE LARA DE CARVALHO

Elaborado por:

RENATO SILVA
ENFERMEIRO - 30H -SAU
MATRÍCULA Nº 14642

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **RENATO SILVA, ENFERMEIRO - 30H - SAU**, em 02/06/2026 às 13:06, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **ALINE LARA DE CARVALHO, Diretora do Dep. de Atenção Básica**, em 02/06/2026 às 13:22, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 02/06/2026 às 19:03, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2729297** e o código verificador **414B5B5D**.

Referência: [Processo nº 1-6549/2025](#).

Docto ID: 2729297 v1

ANEXO II

CARTA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1- 6549/2025 – SEMUSA

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de 02 (duas) ambulâncias para atender às necessidades de remoção de pacientes das Unidades Básicas de Saúde dos distritos de Nova Colina e Nova Londrina, vinculadas ao Departamento de Atenção Básica, visando atender a Secretaria Municipal de Saúde do município de Ji-Paraná/RO, com recursos provenientes de emenda parlamentar, conforme edital e seus anexos.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º.....

Cargo/Função:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente n.º

Agência n.....

Banco.....

À

Superintendência de Compras e Licitações

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
AMPLA CONCORRENCIA					
1	AMBULANCIA DE SUPORTE BASICO, TIPO B, TIPO FURGÃO, 0KM, 2025/2026 (OU SUPERIOR). O VEÍCULO DEVERÁ	UND	2	315.500,00	631.000,00

<p>SEGUIR AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONFORME DESCRITO NA ABNT NBR 14561/2000. O VEÍCULO DEVERÁ SER EQUIPADO DE ACORDO COM A PORTARIA MINISTERIAL Nº 2048, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2 002; O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR: FREIOS ABS; SISTEMA DE AR CONDICIONADO; DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA; TRAVAS E VIDROS ELÉTRICOS; MOTOR 2.0 OU SUPERIOR; ALTERAÇÃO JUNTO AO DENATRAN DE FURGÃO PARA AMBULÂNCIA, CONFORME AS REGULAMENTAÇÕES VIGENTES; REVESTIMENTO INTERNO: ISOLAMENTO TERMOACÚSTICO ADEQUADO PARA REDUZIR RUÍDOS E CONTROLAR A TEMPERATURA INTERNA; REVESTIMENTO DAS LATERAIS E DO TETO EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA, COMO FIBRA DE VIDRO OU EQUIVALENTE, DURÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO PISO ANTIDERRAPANTE, CONFECCIONADO EM FIBRA DE VIDRO OU MATERIAL EQUIVALENTE. ARMAZENAMENTO: ARMÁRIOS SUPERIORES COM PORTAS DESLIZANTES, FABRICADOS EM MATERIAL RESISTENTE, COMO FIBRA DE VIDRO OU EQUIVALENTE, DE COR CLARA, PARA FACILIDADE DE MANUSEIO E DURABILIDADE; BALCÃO EM FIBRA DE VIDRO OU MATERIAL EQUIVALENTE, COM LOCAL PARA GUARDA E FIXAÇÃO DE PRANCHA, PORTAS DESLIZANTES E ESPAÇO PARA ARMAZENAMENTO DE BATERIAS E MEDICAMENTOS. BANCOS: BANCO DO ASSISTENTE COM POLTRONA ANATÔMICA FIXA, EQUIPADA COM CINTOS DE SEGURANÇA, PROPORCIONANDO CONFORTO E SEGURANÇA; BANCO LATERAL EM FIBRA DE VIDRO OU MATERIAL EQUIVALENTE, PARA ATÉ 02 PESSOAS, COM CINTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAIS, ESTOFAMENTO DE ALTA</p>				
--	--	--	--	--

RESISTÊNCIA E EN COSTO DE CABEÇA AJUSTÁVEL. SISTEMA ELÉTRICO: ILUMINAÇÃO INTERNA COM NO MÍNIMO 03 LUMINÁRIAS ALÓGENAS NO TETO E 04 LUMINÁRIAS LEDS PARA GARANTIR BOA VISIBILIDADE; FAROL DE EMBARQUE INSTALADO SOBRE A PORTA TRASEIRA, COM CAPACIDADE ADEQUADA PARA VISUALIZAÇÃO NOTURNA; 02 TOMADAS INTER NAS 2P+T 220 VCA PARA EQUIPAMENTOS EXTERNOS. 02 TOMADAS INTERNAS 12 VCC PARA ALIMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS; INVERSOR DE VOLTAGEM 400 WATTS, PERMITINDO A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS. SINALIZAÇÃO: BARRA DE SINALIZAÇÃO COM SIRENE ELETRÔNICA DE 100 WATTS E 01 TOM, COM SOM AU DÍVEL EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA. LUZES DE ADVERTÊNCIA, SENDO 03 UNIDADES EM CADA LADO DO VEÍCULO E 02 NA PARTE TRASEIRA, PARA GARANTIR VISIBILIDADE E SEGURANÇA. OXIGENAÇÃO: SISTEMA DE OXIGÊNIO COM SUPORTE PARA CILINDRO DE 16 LITROS; INSTALAÇÃO DE CILINDRO DE OXIGÊNIO DE 16 LITROS, INCLUINDO VÁLVULA E MANÔMETRO; RÉGUA DE OXIGÊNIO COM 03 PONTAS, FLUXÔMETRO, ASPIRADOR E UMIDIFICADOR; VENTILAÇÃO: INSTALAÇÃO DE 01 VENTILADOR DE BAIXO CONSUMO E ALTA EFICIÊNCIA PARA GARANTIR A VENTILAÇÃO ADEQUADA; INSTALAÇÃO DE 01 EXAUSTOR PARA PROMOVER A CIRCULAÇÃO DE AR E CONFORTO AMBIENTAL. VIDROS: VIDROS FIXOS COM PELÍCULA JATEADA NAS PORTAS TRASEIRAS, PARA PRIVACIDADE E CONTROLE DE TEMPERATURA INTERNA; VIDRO CORRER NA DIVISÓRIA ENTRE A CABINE DO MOTORISTA E O COMPARTIMENTO				
---	--	--	--	--

	DO PACIENTE, PARA PERMITIR COMUNICAÇÃO DIRETA.				
Total Estimado para todos os itens - R\$ 631.000,00 <i>(Seiscentos e trinta e um mil reais)</i>					

Observações:

- O **ITEM** é destinado para **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASGOV/CATMAT, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.
- Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.
- **As licitantes deverão encaminhar juntamente com a proposta, folder, catálogo ou similar para adequada análise do setor técnico competente.**

Local/ Entrega/Pagamento: Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS** (*mínimo*), a contar da data da apresentação.

DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº** **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** **DECLARA** expressamente que:

- A proposta apresentada para participar da presente licitação, foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta empresa, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta empresa quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato por esta licitante antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura do Município de Ji-Paraná/RO antes da abertura oficial das propostas;
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à

completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.

- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO III

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na **Junta Comercial**, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, **devidamente registrado** na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de **eleição ou designação** dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de **sociedade não empresária**, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de **sociedade estrangeira no país**, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – **MEI**
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**);
- 2.3. Inscrição no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.4. Certidão Conjunta **Negativa de Débitos** ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à **Dívida Ativa da União**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.7. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expresso na própria Certidão**.

3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

3.2. Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para

cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **ateste o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação.

4.3. O (s) atestado (s)/certidões **deverão estar necessariamente** em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.3.2. Catálogos, manuais ou fichas técnicas dos produtos ofertados, contendo especificações, características técnicas e informações que comprovem a conformidade com as exigências do presente Termo de Referência, incluindo dados sobre adequação e condições de uso;

4.3.3. Comprovação do registro dos produtos na ANVISA, conforme a legislação sanitária vigente, mediante apresentação dos respectivos números de registro ou dos protocolos de notificação válidos;

4.3.4. Declaração, ou documento equivalente, que comprove a conformidade dos veículos e equipamentos junto à ANVISA, bem como o atendimento às normas e exigências das autoridades de trânsito competentes pela fiscalização e regulamentação de ambulâncias no Brasil, incluindo os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito (CONTRAN e SENATRAN), as normas da ABNT e demais legislações específicas aplicáveis aos veículos de emergência;

4.3.5. Certificação de Boas Práticas de Fabricação (BPF) emitida pela ANVISA para o fabricante dos produtos, quando exigida pela natureza do item;

4.3.6. Declaração formal da licitante assegurando que todos os produtos ofertados são novos, de primeiro uso, originais de fábrica, dentro do prazo de validade e não reprocessados.

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.1. DECLARAÇÃO subscrita pelo representante legal do licitante, **conforme modelo Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado da empresa licitante.

ANEXO III – A

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que **ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
 - b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
 - c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
 - d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
 - e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
 - g) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.ji-parana.ro.gov.br
 - h) No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
 - i) **No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;**
 - j) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
 - k) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
 - l) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Obs:** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº.....

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXX SSP/RO e CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a) , na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (*ou*) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.5. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.6. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.7. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.8. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

1.9. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice (*conforme índice indicado no Termo de Referência*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.10. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.11. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.12. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.13. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.15. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.16. São obrigações do Contratante:

- 1.17. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.18. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.19. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 1.20. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.21. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 1.22. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 1.23. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.24. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.25. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.26. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 1.27. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 1.28. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 1.29. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1.30. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 1.31. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.32. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.33. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.34. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.35. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 1.36. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 1.37. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 1.38. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 1.39. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.40. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 1.41. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.42. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.43. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 1.44. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 1.45. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 1.46. Não haverá exigência de garantias contratuais **ou** a exigência de garantia contratual da execução será a (conforme descrito no Termo de Referência)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 1.47. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.48. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.49. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.49.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.49.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 1.49.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.49.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.50. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.51. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 1.52. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 1.53. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 1.54. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de

Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.55. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.56. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.57. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.58. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.58.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.59. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.59.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.59.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.59.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.60. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 1.60.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 1.60.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 1.60.3. Indenizações e multas.

1.61. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.62. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.63. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.63.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.64. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.65. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.66. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.67. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

1.68. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.69. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

1.70. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Prefeito do Município de Ji-Paraná

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos __(____) dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e __, às __ horas na Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada na Rua dos Brilhante, 130; Bairro Urupá; Ji-Paraná; Rondônia; Cx. Postal 268; CEP. 76.900-150, o Superintendente de Compras e Licitações, Sr....., brasileiro, casado, Decreto n....., considerando o julgamento da licitação na **modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS n°/202...., publicada no de/202....., processo administrativo n.º, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal n. 1385/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do **Termo de Referência** e do **Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

CNPJ n Empresa:						
Item	Descrição Genérica	Unidade de Fornecimento	Quantidade Total	Quantidade de Ofertada	Valor Unitário	Valor Total do Fornecedor
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão).....

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada **por igual período e quantitativo renovado**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n..... e**

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br), o qual será disponibilizado **via e-mail** pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer, em tempo hábil, ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência e Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Assinaturas

*Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)*

ANEXO V - A

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário**:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original**:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total